os textos do
partido comunista internacional

3

OS FUNDAMENTOS DO COMUNISMO REVOLUCIONÁRIO

edições programme communiste

APRESENTAÇÃO

Como terceiro volume da série "Os textos do Partido Comunista Internacional", publicamos, nas páginas que seguem, um texto que ocupa uma posição especialmente importante no âmbito do nosso trabalho de restauração das bases teóricas e programáticas do marxismo. Trata-se de Os fundamentos do comunismo revolucionário marxista na doutrina e na história da luta proletária internacional, apresentado pela primeira vez numa reunião de partido realizada na França em 1957. Como sempre, não consideramos propriamente o caso isolado de uma corrente oportunista qualquer em moda, mas principalmente as raizes comuns dos sucessivos desvios e traições que diagnosticamos então em grupos franceses e italianos, raizes essas profundamente arraigadas na tradição francesa, mas que não se limitam absolutamente à França. Em seguimento ao Maio 68 francês, os desvios criticados neste texto alastraram-se a inúmeros países para virem a manifestar-se também em Portugal, sobretudo após a "Revolução das Flores" de abril, ou seja, no curso da atual tentativa burguesa de liquidar a questão colonial e adaptar o país à nova situação, tentando evitar, ao mesmo tempo, a irrupção de conflitos sociais e controlar o movimento operário mediante a chantagem democrática.

É uma prova da vitalidade e, ao mesmo tempo, da invariância da doutrina marxista o fato de que nossa implacável polêmica de hoje contra todas as pretensões "criativas" e "inovadoras" possa retomar literalmente a clássica e penetrante crítica de Marx e Engels à Proudhon (1847) e à infecção lassalleana do jovem Partido social-democrata alemão (1875), para não falarmos da crítica feita no Manifesto Comunista (1848) contra o falso socialismo em seus diferentes matizes e da luta de Marx contra Bakunin nos anos 70 do século passado.

Trata-se, na realidade, de enfermidades crônicas e, por sua vez, igualmente "invariantes" do movimento operário que, como tais, estão destinadas a alastrar-se necessariamente, em intervalos regulares, na medida em que a influência ideológica, para não falarmos do peso social, da pequena burguesia se infiltra no proletariado para contaminá-lo, como um tumor cancerígeno.

Esse processo se realiza seja através de uma hábil utilização dessa influência ideológica pela classe dominante, a qual está sempre pronta para oprimir e arruinar as

classes médias, ao mesmo tempo em que joga com as reivindicações e os preconceitos das mesmas para anestesiar, assim, seu único inimigo, a classe operária; seja em consequência de uma espécie de inércia histórica, a qual constitui um terreno fértil para o oportunismo (diga-se de passagem que esse é um dos motivos da necessidade do exercício ditatorial do poder, de um poder que só pode ser tomado mediante o emprego da violência dirigida pelo partido comunista).

Nossa crítica é dirigida aqui contra duas posições. A primeira consiste na velha pretensão de dispensar o partido como órgão dirigente e o estado da ditadura e do terror como meio e instrumento da passagem ao socialismo, pretensão essa levada às últimas consequências pelos anarquistas. Sem esses órgãos, sem essas armas, o proletariado não é sequer uma classe na verdadeira acepção da palavra, não representa uma classe para si, mas uma classe para o capital, e a luta de emancipação proletária fica num beco sem saída. Abandonar essas armas não representa um "erro", mas um suicídio-homicídio, caindo nesse abismo todos aqueles que, embora reivindicando a luta de classe e até mesmo a revolução e a ditadura, renegam o partido em sua função primordial de dirigente da classe e de encarnação organizada dessa classe em seu caminho histórico, para sacrificá-lo no altar, erigido hoje por toda parte, de uma direção da luta pelas próprias "massas", de uma "administração popular" do poder através de outros órgãos que representam pretendidamente a vontade "autêntica", o espírito "não deformado burocraticamente", a consciência "não importada de fora" dos operários.

Difundida em todo o mundo, essa conversa fiada já deu seus frutos em Portugal no período convulsivo que antecedeu a tomada do poder por Salazar, e ressurge hoje como reação confusa e impotente ao papel contra-revolucionário desempenhado pelos partidos "operários" oficiais.

Como já sucedeu anteriormente na história de outros países e em situações gerais muito mais favoráveis que o marasma internacional de hoje em dia, em ausência de sólidas bases teóricas e programáticas, em ausência dos "fundamentos do comunismo revolucionário", a luta contra o revisionismo e o colaboracionismo deslavado dos social-patriotas revela-se impotente, apoiando-se e combinando-se com uma visão do renascimento do partido revolucionário de classe que ou identifica o processo de formação do partido com a reconquista de velhas organizações apodrecidas, ou cai ainda mais baixo, como veremos em seguida.

No primeiro caso, acredita-se erroneamente que a retomada da luta social pelas massas operárias venha a levar por si só a um "renascimento da consciência de classe" e, por conseguinte, a um renascimento automático do partido de baixo para cima nas épocas de alta tensão social. Renega-se, com isso, o trabalho de preparação da revolução (e,

portanto, também de construção de seu órgão, o partido de classe) realizado "de cima para baixo" pela vanguarda comunista ainda em pleno período contra-revolucionário, antecipando-se, pois, de longa data, à explosão revolucionária.

No segundo e pior caso (como o dos "esquerdistas infantis" alemães criticados por Lênin em O esquerdismo, doença infantil do comunismo), eleva-se, em nome da "autoconsciência", da "autodeterminação", da "auto-ativação" da classe operária, a contraposição entre as massas e os dirigentes ao grau de questão central do movimento operário, e pretende-se libertar as massas operárias da influência e da direção burguesas mediante a... ausência de toda e qualquer direção.

Tais posições representam a idealização máxima das fraquezas do movimento operário vencido pela reação burguesa ou submetido, por longos anos, a uma constante opressão contra-revolucionária. Elas representam a apologia da impotência, sendo, ao mesmo tempo, resultado e fator de terríveis derrotas (Alemanha 1918-1919, Itália 1920, Espanha 1936).

O segundo alvo de nosso texto, alvo esse que está intimamente ligado à questão da necessidade primordial do partido e da ditadura, é a concepção deformada de uma economia socialista que, em vez de considerar a organização da produção "em escala social", compreende-a como um processo que se efetua em ilhas isoladas e sempre ciosas da sua "autonomia". A ideologia individualista e democrática característica da economia burguesa e de seu quadro indispensável, o mercado, refloresce plenamente nessa concepção, caminhando de mãos dadas com a velha panacéia dos imediatistas que vivem na crença de terem encontrado o instrumento da revolução e da organização comunista da sociedade exatamente em órgãos que estão intimamente ligados à estrutura produtiva do capitalismo, como os conselhos de fábrica do movimento "Ordine Nuovo", na Itália, como os conselhos de empresa dos "esquerdistas infantis" alemães, os "shop-stewards comittees" dos ingleses, e toda a variada gama de conselhos operários, todos eles tidos como representantes da "vontade" pretendidamente autêntica da classe em contraposição ao partido e, além do mais, como prefiguração do socialismo dentro da sociedade capitalista (1).

---

(1) Não se trata, aqui, dos Sovietes, órgãos políticos que englobam territorialmente todos os operários, acima das divisões profissionais ou por empresas. Contudo, mesmo os Sovietes não são, em si, revolucionários, só se constituindo em instrumentos da revolução quando penetrados e dirigidos pelo partido: "Podemos afirmar, sem risco de enganar-nos, que a ditadura dos Sovietes só foi possível graças à dita-

(segue)

É o mesmo e velho erro das "comunas" locais da mitologia anarquista, dos sindicatos revolucionários em si dos anarco-sindicalistas, da "one big union" dos combativos I.W.W. norte-americanos.

O capitalismo será destruído para dar lugar a uma economia e a uma sociedade que abrangerá toda a humanidade, à sociedade mundial da espécie humana. Porém, se os órgãos imediatos de que falamos viessem a ser a célula constitutiva de uma nova sociedade, ver-se-iam obrigados necessariamente a empregar e perpetuar as relações de mercado e de troca, que correspondem a uma economia e a uma sociedade baseadas no trabalho privado dos produtores "autônomos", sejam estes indivíduos ou empresas.

Típica hoje de todos estes grupos de "inovadores" e "contestadores", em cuja bandeira se inscreve a reivindicação de direitos e poderes -que, no fim das contas, não são apenas locais, como também centrífugos- na fábrica, na seção, no bairro, em toda parte e, no fundo, para o sacrossanto EU do grande, médio e pequeno burguês, essa concepção fundamentalmente idealista foi herdada também pelos inúmeros descendentes de Stalin, o que por sinal é muito natural, pois se trata de gente que descobriu que, na economia socialista, que acreditam poder ser construída "num só país", a lei do valor continua a vigorar, com todo o seu séquito de categorias sócio-econômicas (mercadoria, salário, lucro, etc). Não nos referimos apenas à ideologia iugoslava da autogestão, mas também às reformas de Kruchev, Kossiguin, Kadar, Ceausescu e da venerada primavera de Praga, todas elas iluminadas pelo ideal da autonomia CRESCENTE das entidades produtivas e, em primeiro plano, da empresa.

Destarte, toda a doutrina marxista é jogada no lixo. Partindo de idéias frequentemente opostas - o stalinismo e o anti-stalinismo -, todos os inovadores caem no abismo comum do democratismo, do proudhonismo e, definitivamente, do individualismo, espalhando por toda parte as rançosas mistificações de "liberdade, igualdade, fraternidade", sempre convictos de terem acabado de descobrir regiões novas e de terem contribuído criativamente para dar ao comunismo um "aspecto humano" ou "autenticamente" (!) proletário. Sua ingenuidade vai tão longe, que nem sequer percebem que retornaram aos braços da Santa Madre Igreja - a igreja, entende-se, do capital.

Nada temos, pois, a acrescentar ao texto de 1957, assim como o próprio texto nada teve a acrescentar aos textos clássicos do marxismo, aparecidos cem anos atrás.

---

dura do Partido. Graças à clareza de suas idéias teóricas, graças à sua forte organização revolucionária, o Partido assegurou aos Sovietes a possibilidade de se transformarem, de informes parlamentos operários, num aparelho de dominação do trabalho" (Trotski, Terrorismo e comunismo).

OS FUNDAMENTOS DO COMUNISMO REVOLUCIONÁRIO MARXISTA NA DOUTRINA E NA HISTORIA DA LUTA PROLETÁRIA INTERNACIONAL

PLANO DA EXPOSIÇÃO

O leitor não deve esperar encontrar aqui um exame sistemático, abarcando todos os aspectos da concepção e do programa comunista em seus reflexos econômico, histórico e político, e no que poderia chamar-se tecido conectivo dos outros (e que para abreviar chamamos às vezes de aspecto filosófico do marxismo, ou materialismo dialético), e que corresponde à originalidade de nosso método, à maneira totalmente exclusiva com que o marxismo - com respostas completas e definitivas dadas desde sua primeiríssima aparição na metade inicial do século passado - resolve o problema da ligação entre teoria e ação, economia e ideologia, causalidade determinante e dinâmica da sociedade humana.

Estaríamos além do mais expostos à crítica habitual de ser abstratos se, sistematizando tais conceitos, quisésemos esclarecer nossa visão original da função do indivíduo na sociedade, do vínculo de um e outra com o ente Estado, e do significado do ente classe no estabelecimento desta doutrina. Iríamos nos expor ao risco de ser mal-compreendidos, omitindo um dado fundamental de nossa solução, a saber, que as fórmulas que resolvem êstes problemas não são permanentes no curso do tempo, mas sim variam com a sucessão dos grandes períodos históricos, que são para nós os das diversas formas sociais e modos de produção.

Por conseguinte, apesar de reivindicar a constância das respostas marxistas por sôbre as viradas episódicas das situações históricas, nossa reexposição estará mais ligada à fase desgraçada que atravessa hoje em todo o mundo - há décadas e seguramente por décadas - o movimento revolucionário contra o capital. Poremos na justa posição as pedras angulares de nossa ciência, firmando as que os inimigos tentam mais insistentemente derrubar. Operaremos em direção oposta à sua fôrça deformante.

Para tanto, dirigiremos nossas atenções sôbre os três grupos principais de críticos à posição de invariância teórica - que é a única revolucionária - e ao fazê-lo nos preocupará sobretudo a crítica que mais tenazmente pretende apoiar-se sôbre os mesmos princípios e movimentos que nós reivindicamos.

Um tema semelhante foi desenvolvido na reunião de Milão de 1952 (1) que reivindicou em uma primeira parte a invariância histórica do marxismo, sustentando que êste não é uma doutrina em contínua formação e sim que se completou no momento histórico adequado, ou seja com o aparecimento do proletariado moderno. É a pedra de toque de tôda a nossa visão histórica a reconfirmação de que esta classe percorrerá todo o arco histórico desde o aparecimento até a queda do regime capitalista usando intactas as mesmas armas teóricas. A segunda parte tratou do "falso recurso do ativismo", desenvolvendo a crítica, da qual nos ocuparemos também aqui, do retôrno das ilusões voluntaristas, perigosíssima forma degenerativa do marxismo, que tem sido sempre explorada nas vagas das epidemias oportunistas.

RESENHA DOS ADVERSARIOS

Na primeira parte dividiremos os inimigos de nossa posição em negadores, falsificadores e atualizadores.

Os primeiros estão hoje representados pelos defensores abertos e pelos apologistas do capitalismo como forma definitiva da "civilização" humana.

Não lhes dedicamos demasiada atenção, considerando que já foram postos a knock-out pelos golpes de Karl Marx, e nos livraremos deles repetindo êstes golpes, oportunamente aprendidos, contra os outros dois grupos. (Digamos entre parênteses de uma vez por tôdas que a tarefa de nossa declarada "Reexposição" não aspira tanto a ser uma vitória definitiva num combate polêmico, mas sim que tende, sobretudo enquanto estamos nos limites de um resumo, a nos autodefinir claramente e a apresentar nossas características críticas, de forma a provar que são de tal natureza que não podem ser modificadas nem em mais de cem anos.)

Os negadores de Marx do primeiro grupo vêem confirmada a sua derrota, por enquanto só doutrinária (e amanhã social), pelo fato de que a cada dia são mais numerosos os que "roubam" as verdades que Marx descobriu e, convencidos de não poder demoli-las quando estão firmemente enunciadas (enquanto que nós, revolucionários, formulamos sem temor e claramente as teses clássicas do inimigo, e as destruimos), se apresentam em batalhões de falsificadores, e (por que não?) de atualizadores.

Os falsificadores são aquêles que foram històricamente designados como "oportunistas", revisionistas, reformistas: os que eliminaram do complexo das teorias de Marx a

(1) ("Invariância Histórica do Marxismo no Curso Revolucionário", publicada em IL PROGRAMA COMUNISTA, nºs 1 a 5 de 1953, e republicada recentemente em "Per l'organica sistemazione dei principi comunisti", Milão 1973. Em francês no "Programme Communiste" nºs 53/54).

expectativa da catástrofe revolucionária e o uso da violência armada (como se isto fôsse possível sem aniquilar o todo!). Existem, entretanto, e o recordaremos em seguida, batalhões de falsificadores em tudo semelhantes aos primeiros (inclusive na superstição do ativismo) também entre os que demonstram aceitar a violência e a rebelião. Onde uns e outros retrocedem é frente ao conteúdo exclusivo e essencial da teoria de Marx: a fôrça do braço armado, não do indivíduo isolado ou do grupo oprimido, mas da classe vitoriosa e libertada, a ditadura de classe, pesadelo dos social-democratas e dos anarquistas.

Podemos ter tido por volta de 1917 a ilusão de que também êste grupo miserável tivesse ido à lona sob os golpes de Lenin, mas, enquanto considerávamos definitiva esta vitória doutrinária, estivemos entre os primeiros a advertir a presença das condições das quais ressurgiria esta espécie infame que hoje localizamos no stalinismo, e no pós-stalinismo russo pôsto em circulação a partir do XX Congresso.

Por último, no terceiro setor dos atualizadores nós colocamos os grupos que, apesar de considerarem o stalinismo que acabamos de mencionar como uma forma do clássico oportunismo demolido por Lenin, atribuem esta pavorosa catástrofe do movimento operário internacional revolucionário à fórmulas defeituosas e insuficientes contidas na construção originária de Marx, e se empenham em retificá-la, pretendendo poder fazê-lo com base nos dados da evolução histórica posterior à formação da doutrina, evolução esta que, segundo dizem, a teria desmentido.

Na Itália, na França e em tôda a parte existem muitos dêstes grupos e grupelhos nos quais se desperdiçam com resultados desastrosos as primeiras reações proletárias contra os terríveis desenganos devidos às deformações e à decomposição produzidas pelo stalinismo, pela epidemia oportunista que matou a terceira Internacional de Lenin. Um deles se relaciona com o trotskismo, mas na realidade não compreende que Trotski sempre condenara em Stalin o desvio com relação a Marx, mesmo se abusando de juízos pessoais e morais; caminho estéril, como o provou a monstruosa desfaçatez de que o XX Congresso se utilizou para prostituir mais ainda que o próprio Stalin as tradições revolucionárias.

Todos êsses grupos caem em bloco na outra enfermidade que é o ativismo, e sua enorme distância crítica do marxismo não lhes permite compreender que cometem o mesmo êrro dos Bernstein alemães que queriam fabricar socialismo dentro da democracia parlamentar, contrapondo a praxis cotidiana à (para êles) fria teoria, e que é também o êrro dos filhos de Stalin que despedaçaram a posição de Marx, Lenin e Trotski sôbre a internacionalidade da transformação econômica socialista, exibindo desavergonhadamente os braços musculosos com que, exasperando sua vontade de domínio, já

te-la-iam fabricado!

Stalin é o pai teórico do método do enriquecimento e da atualização do marxismo, método êste que equivale, cada vez que se apresenta, à destruição da visão da fôrça revolucionária proletária mundial.

Nossa posição é pois dirigida contra os três grupos ao mesmo tempo, porém a restauração mais essencial que teremos de fazer é a que se relaciona com as enganosas deformações e presunçosas neoconstruções do terceiro grupo, que, por serem contemporâneas, são mais notórias, não sendo fácil para os trabalhadores de hoje, depois da devastação stalinista, voltar a situá-las como velhos e históricos enganos, contra os quais nós propomos uma única atitude, o retôrno integral às posições do comunismo, do Manifesto de 1848, que contém virtualmente tôda a nossa crítica social e histórica, demonstrando que tôdas as vicissitudes posteriores, com as sangrentas lutas e derrotas do proletariado ao longo de um século, reforçam a solidez daquilo que se queria loucamente abandonar.

PRIMEIRA PARTE

PARTIDO E ESTADO DE CLASSE COMO FORMAS ESSENCIAIS DA REVOLUÇÃO COMUNISTA

A GRANDE QUESTÃO DO PODER

A fim de facilitar a dedução teórica, dirijamos nossa atenção sôbre o numeroso bando dos críticos da degenerescência moscovita (bando que, apesar das contra-medidas preventivas do XX Congresso depois dos acontecimentos da Hungria, Polônia e Alemanha Oriental, foi se extendendo aos próprios meios que rodeiam os partidos stalinistas oficiais do Ocidente, engrossando-se com avalanches de material a nosso ver bem equívoco e pequeno-burguês, como Sartres e Picassos). Devemos observar que, não sem sucesso, a condenação é formulada assim: abuso da ditadura, abuso da forma do partido político submetido a uma disciplina central, abuso do poder de Estado na forma ditatorial. Tôda esta gentalha busca o remédio na seguinte direção: mais liberdade, mais democracia, retôrno do socialismo à atmosfera ideológica e política da legalidade liberal e eleitoral, renúncia ao uso da fôrça de Estado em geral nas relações entre as diversas proposições e, por conseguinte entre as diversas opiniões políticas. Como de costume, atacamos em primeiro lugar não os que dizem isto como abertos defensores do modo burguês de produção, que está desde seu nascimento ligado a êste sistema ideológico, jurídico e político, e sim aos que querem enxertar esta idiotice sem sentido no tronco marxista.

Nós afirmamos exatamente o contrário. O movimento revolucionário - isento da servil admiração pelo "livre" mundo americano, da sujeição à corrupção moscovita, da vulnerabilidade à peste tremenda do **oportunismo**- ressurgirá ùnicamente quando reencontrar a originária plataforma radical marxista, que postula categòricamente que o socialismo, por seu conteúdo, supera, nega e desonra os conceitos de liberdade, democracia e parlamentarismo eletivo, conceitos que só servem à defesa e conservação do capitalismo, e a mentira e recurso contra-revolucionário supremo de reivindicar um Estado neutro e inerte diante dos interêsses das classes e das proposições dos partidos, e, por conseguinte animado pela estúpida liberdade de opinião - sendo tal Estado e tal liberdade monstruosas invenções que a história não conheceu nem conhecerá jamais.

Não sòmente é um fato indiscutível que isto é o que o marxismo estabeleceu e declarou desde os seus primeiros anos: deve-se também acrescentar que o conceito do uso do

poder físico contra as minorias - e também as maiorias inimigas - supõe a intervenção das formas essenciais contidas no "esquema" histórico marxista: Partido e Estado.

Existe um "esquema histórico marxista" porque, em outras palavras, a doutrina marxista se baseia na possibilidade de traçar um esquema da história. Caso não se chegasse a encontrar qual é o esquema, ou se o esquema encontrado fracassasse, o marxismo viria abaixo, e teriam razão os negadores do primeiro tipo; talvez nem sequer isso bastasse para fazer capitular os marxistas falsificadores e "atualizados"!

Quem se opusesse à nossa tese de que no esquema marxista Partido e Estado não são elementos acessórios e sim principais, e quisesse afirmar que o elemento principal é a classe (enquanto o Partido e o Estado seriam elementos acessórios da história e da luta de classes, os quais o esquema permite "trocar" como os pneus e os faróis de um automóvel) ficaria desmentido da maneira mais categórica pelo próprio Marx na carta a Weydemeyer citada classicamente por Lenin em "O Estado e a Revolução", cuja doutrina histórica reivindicamos integralmente. Que existem as classes, disse Marx em 1852, não fui eu quem descobriu, isto foi feito por muitos escritores e historiadores burgueses. Nem tampouco descobri a luta de classes, revelada por muitos outros, que nem por isso são comunistas ou revolucionários. O conteúdo da minha doutrina está no conceito histórico da "ditadura" do proletariado, fase necessária para a passagem do capitalismo ao socialismo. Assim disse Marx numa das raras ocasiões em que fala de si mesmo.

A classe operária estatisticamente definida não nos interessa portanto muito, e não muito mais nos interessa a classe operária que se movimenta em grupos para desembaraçar suas divergências de interêsses com as outras classes (as classes são sempre mais que duas). A nós interessa a classe que instaurou a ditadura, venceu o poder burguês, destruiu o Estado burguês, erigiu o seu, exatamente como Lenin reafirma magistralmente, cobrindo de vergonha os que haviam "esquecido" o marxismo na II Internacional.

De que forma se apoia sôbre uma classe um poder de Estado ditatorial totalitário, uma máquina de Estado oposta à velha como o exército vencedor nas posições do exército derrotado? Qual é o seu órgão? Os filisteus responderão imediatamente que é o homem, que para a Rússia era Lenin, que se ousa associar com o desditado Stalin, hoje queimado e, segundo se afirma, ontem assassinado por seus esbirros. Nossa resposta era e é mais do que nunca diferente.

O órgão da ditadura e do manejo da arma-Estado é o Partido político de classe, o partido que em sua doutrina e na larga cadeia histórica de sua ação possue em potencial a tarefa da transformação da sociedade que é própria da

classe. O Partido. Nós não nos limitamos a dizer que a luta e a tarefa histórica da classe não poderão realizar-se se não forem confiadas a estas duas formas: Estado ditatorial (ou seja que exclui de si, enquanto existam, as outras classes, daí em diante vencidas e subjugadas) e Partido político. Nós dizemos que na nossa linguagem dialética e revolucionária começa-se a falar de classe, a estabelecer um vínculo dinâmico entre uma classe contida atualmente na sociedade e uma forma social futura e revolucionária, começa-se a tomar em consideração a luta entre a classe que detém o Estado em suas mãos e a que deve destruí-lo e substituí-lo pelo seu, ùnicamente quando a classe não é uma fria constatação estatística que permanece à altura humilde do pensamento burguês, mas sim quando se manifesta em seu partido, órgão sem o qual não tem vida nem fôrça de luta.

Portanto, além de não se poder separar o partido da classe como se separa o acessório do principal, quando os novos deformadores do marxismo nos propõem uma classe proletária privada de seu partido, ou com um partido esterilizado e impotente, ou buscam substitutos para o partido, êles na realidade fazem desaparecer a classe, matam a possibilidade de que a classe lute pelo socialismo e até mesmo por um pedaço de pão.

UM ÊRRO DESMASCARADO HÁ UM SÉCULO

Os novos "enriquecedores" têm sido empurrados a semelhantes barbaridades por um extravio crítico que, sem que êles se dêem conta, os levou a apropriar-se das insinuações burguesas e pequeno-burguesas que surgiram quando a revolução russa seguia exatamente a linha que - até mesmo para êles - foi gloriosa, e na qual Classe, Estado, Partido e homens de Partido se situavam no mesmo terreno revolucionário, justamente porque sôbre estas posições essenciais não existiam vacilações de nenhuma natureza.

Êles não se dão conta de que, debilitando o Partido e sua função de primeiro órgão da revolução, roubam ao proletariado a condição de classe e entregam-no impotente ao jugo da classe dominante, jugo que não poderá abater e nem sequer mitigar nem mesmo na mais reduzida escala.

Êles crêem ter melhorado o marxismo por ter "aprendido" com a história a banalidade de que "quem tudo quer tudo perde", digna do último charlatão, e não se dão conta de que não se trata de uma correção e sim de uma destruição total; ou melhor: de um complexo de inferioridade por incompreensão impotente.

A forma Partido e a forma Estado são pontos essenciais nos primeiros textos de nossa doutrina, e são duas e-

tapas fundamentais do desenvolvimento épico dado no Manifesto do Partido Comunista.

São dois os "saltos" revolucionários do capítulo "Proletários e Comunistas". O primeiro, já indicado no capítulo precedente - "Burgueses e Proletários" - é a organização do proletariado em partido político. Esta afirmação segue-se a outra muito conhecida: toda a luta de classe é luta política. Sua expressão mais nítida e que concorda inteiramente com nossa tese de que o proletariado é històricamente uma classe quando chega a dar vida à luta política e de partido vem todavia aqui, quando o texto diz: esta organização do proletariado em classe, e por conseguinte em partido político.

O segundo dos saltos revolucionários é a organização do proletariado em classe dominante: aqui está colocada a questão do poder e do Estado. "Já vimos mais acima que o primeiro passo da revolução proletária é a constituição do proletariado em classe dominante."

Encontra-se um pouco mais adiante a sêca definição do Estado de classe: "O próprio proletariado organizado em classe dominante."

Não temos necessidade de antecipar aqui como outra das teses essenciais, posta novamente de pé por Lenin, a do desaparecimento ulterior do Estado, está também contida nêste primeiro texto famoso. A definição geral: "o poder político é a fôrça organizada de uma classe para a opressão de outra" sublinha as clássicas afirmações: o poder público perderá seu caráter político, as classes desaparecerão assim como todo o domínio de classe, também o do proletariado.

Portanto, no centro da visão marxista se encontram o Partido e o Estado. Aceita-se tudo ou nada. Buscar a classe fora de seu Partido e de seu Estado é uma tentativa vã; privá-la deles significa dar as costas ao comunismo e à revolução.

Esta tentativa de loucos, que os "atualizadores" consideram um descobrimento posterior à segunda guerra mundial, já tinha sido anterior ao Manifesto e aniquilida com o formidável panfleto polêmico de Marx contra Proudhon: Miséria da Filosofia. Esta obra fundamental destrói a concepção proudhoniana de que a transformação social e a abolição da propriedade privada - concepção muito avançada para aquela época - são conquistas realizáveis fora da luta pelo poder político. No final se encontra a famosa frase: não digais que o movimento social não é um movimento político, a qual conduz à nossa tese inequívoca: a política não é uma luta pacífica de opiniões, ou, pior ainda, uma contenda constitucional, e sim o choque "corpo a corpo", a "revolução total" e, enfim, com as palavras da poetisa Sand: "o combate ou a morte".

Proudhon recusa a conclusão da luta política porque sua concepção da transformação social é defeituosa, não contém a superação integral das relações capitalistas de produção, é competitiva, é localmente cooperativa, fica encerrada na visão burguesa da emprêsa e do mercado. Proudhon gritou que a propriedade é um roubo, mas seu sistema, permanecendo um sistema mercantil, continua sendo um sistema de propriedade e burguês. Sua miopia quanto à revolução econômica é a mesma que a dos modernos "socialistas de emprêsa", que repetem de maneira menos vigorosa a velha utopia de Owen, que queria libertar os operários dando-lhes a gestão da fábrica em plena sociedade burguesa. Que êstes senhores se chamem ordinovistas à italiana, ou barbaristas à francesa: a marca proudhoniana os acompanha em suas remotas origens, e, como a Stalin, poder-se-ia lançar-lhes a invectiva: Miséria dos enriquecedores!

RESSURREIÇÃO E TENACIDADE DO PROUDHONISMO

No sistema de Proudhon se exalta ao máximo o intercâmbio individual, o mercado, o livre-arbítrio do comprador e do vendedor, e se afirma que bastará adequar o valor de troca de cada mercadoria ao trabalho que esta contém, para ser eliminada tôda a desigualdade social. Marx demonstra - e será demonstrado contra Bakunin, contra Lassalle, contra Duehring, contra Sorel, contra os pigmeus mais recentes que assinalamos - que sob tudo isso não se esconde nada mais que a apologia e a conservação da economia burguesa; não é outra coisa a afirmação de Stalin de que numa sociedade capitalista - como êle pretende que seja a sociedade russa - reine a lei da troca de valores equivalentes.

Já desde êste texto, em poucas linhas, Marx marca o abismo entre estas edições-de-bolso do sistema capitalista e a visão colossal da sociedade comunista de amanhã. Em sua resposta à construção proudhoniana de uma sociedade em que o jôgo ilimitado da concorrência e o equilíbrio da oferta e da procura fazem o milagre de assegurar a tôdas as coisas mais úteis e de primeira necessidade o "custo mínimo", eterno sonho pequeno-burguês dos cegos subservientes do capital, Marx desmacara facilmente êste sofisma e o ridiculariza, comparando-o com a pretensão de já que com bom tempo todos passeiam, fazer passear os proudhonistas para obter bom tempo.

"Numa sociedade futura, na qual o antagonismo de classe tivesse cessado, na qual não existissem mais classes, o uso dos produtos não estaria determinado pelo mínimo de tempo requerido para sua produção; pelo contrário, o

tempo da produção social que se consagraria aos diferentes objetos seria determinado por seu grau de utilidade social."

É uma das tantas jóias que se podem encontrar nos escritos clássicos de nossa grande escola, e que provam a estupidez dos que pensam que Marx gostava de descrever as leis do capitalismo, mas que não descreveu nunca a sociedade socialista, pois teria recaído no utopismo. Estupidez comun a Stalin e aos anti-stalinistas vulgares.

O utopismo deve pelo contrário ser imputado aos Proudhon/Stalin, que querem emancipar o proletariado e conservar a troca mercantil. A reforma de Kruchew da indústria russa é a última edição desta tentativa.

A troca individual e livre sôbre a qual se apoia a metafísica de Proudhon pretende desenvolver-se na troca entre fábricas, entre emprêsas administradas pelos operários, bem no estilo da velha banalidade que vê o conteúdo do socialismo na conquista da emprêsa por parte dos operários que nela trabalham.

Em sua cruzada em defesa da concorrência, o velho Proudhon precede a moderníssima superstição da "emulação" produtiva. O progresso nasce da sã "emulação", costumavam dizer as "sensatas cabeças" daquele tempo, ignorando ser menos reacionárias que os modernos Kruchew. Mas Proudhon identifica a emulação produtiva "industrial" com a própria concorrência. Tendem a emular-se os que entram em competição por um mesmo fim, como o pode ser "a mulher para os amantes". Marx observa com sarcasmo: se o objeto imediato do amante é a mulher, o objeto imediato da emulação industrial deveria ser o produto e não o lucro. Mas como a correria é em direção ao lucro, no mundo burguês (e isto continua valendo desde há mais de cem anos) a pretendida emulação produtiva toma a forma de uma concorrência comercial, a mesma à qual aspiram norte-americanos e moscovitas, com os sorrisos sedutores que trocam neste verão.

Proudhon surge como o precursor dos moderníssimos neo-socialistas de emprêsa, não só em sua visão incompleta da sociedade revolucionária, mas ainda na mais circunspecta de suas posições: o rechaçamento do Partido e do Estado porque criam dirigentes, hierarquias, depositários do poder, e porque a debilidade da natureza humana torna inevitável sua transformação em um grupo de privilegiados, em uma nova classe (ou casta?) dominante, nas costas do proletariado.

Marx já havia feito Proudhon - o paridor de sistemas - engulir estas superstições sôbre a "natureza humana". A frase é lapidar: O Sr. Proudhon ignora que a história inteira não é mais que uma contínua transformação da natureza humana. Sob esta maçiça pedra sepucral podem dormir cem batalhões de idiotas anti-marxistas do passado, do presente e

do futuro.

Para corroborar nossa afirmação de que não fazemos nenhuma reserva ou restrição ainda que secundária ao "pleno emprêgo" das armas Partido e Estado na revolução operária, para liquidar êstes escrúpulos hipócritas, acrescentaremos que sòmente uma organização está em condições de opor um antídoto eficaz e decisivo às inevitáveis manifestações **individuais** de psicopatologia que nos proletários e nos **militantes comunistas** não provêm da natureza do homem, e sim da do súdito da sociedade capitalista e de sua horrível ideologia e mitologia individualista e de "dignidade pessoal". Esta organização é justamente o partido político comunista, tanto durante a luta revolucionária como no exercício da ditadura de classe que lhe compete integralmente. Os outros organismos que pretendiam substituí-lo devem ser descartados não só por sua impotência revolucionária, mas também porque são cem vezez mais acessíveis que o partido político às influências degenerativas pequeno-burguesas e burguesas. A crítica a tais organismos, que já têm sido propostos de distintos lados, deve ser feita mais sôbre o plano histórico que sôbre o plano "filosófico", sendo entretanto de primeira importância mostrar como seus partidários buscam seus argumentos nas trevas de uma ideologia de origem e de essência burguesas e até mesmo menos que burguesas, como a dos intelectualóides que infectam perigosamente as margens do movimento operário.

A forma partido, apagando tôda a distinção organizativa entre proletário e não-proletário, é a única na qual êste último pode alcançar a posição teórica e histórica que se apoia nos interêsses revolucionários da classe trabalhadora, e finalmente, depois de árduas vicissitudes históricas, servir de mina revolucionária e não de contramina burguesa em nossas fileiras.

A superioridade do Partido reside justamente no fato de que êle supera a infecção do trabalhismo, do obreirismo. Entra-se no Partido em função da própria posição no corpo a corpo das fôrças históricas em luta por uma nova forma social revolucionária, e não pelo decalque servil (comumente exaltada) da posição pessoal do militante "dentro do mecanismo produtivo" criado pela sociedade burguesa, mecanismo que só é "fisiológico" para ela e para sua classe dominante.

SEGUNDA PARTE

AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DO PROLETARIADO ESCRAVO COMO PÁLIDOS SUBSTITUTIVOS DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

HISTÓRIA DE SISTEMAS IMPOTENTES

Na luta contra a traição stalinista e suas deformações da teoria econômica - deformações mil vezes mais graves que os "excessos de poder" que em tão diferentes estágios escandalizaram trotskistas e kruchevistas, e que os famosos "crimes" com que nos saturou todo o filisteismo mundial, "soviético" e do mundo "livre" - apoiamo-nos sempre na clássica tese de Marx contra Proudhon, tal como está formulada no Primeiro livro do Capital (capítulo XXIV, parágrafo 1º):

> "Por isso é uma grande ilusão a de Proudhon, que imagina poder destruir o regime do capital aplicando-lhe as "leis eternas" da produção mercantil".

Todos os batalhões dos pretensos anti-stalinistas se apoiam, em sua crítica e em sua tentativa de renovar o programa, na ridícula exigência de desintoxicar - esterelizando-os de seu conteúdo revolucionário - o Partido e o Estado, formas das quais Stalin abusara devido à eterna avidez de poder. É importante mostrar como todos os que nutrem esta preocupação beata (quando se lhes tira a máscara vê-se que são todos aspirantes a chefes, transtornados pela sêde do êxito pessoal) recaem, em sua construção econômico-social, na ilusão reacionária de Proudhon, não vendo a oposição histórica do comunismo ao capitalismo, que equivale à oposição do comunismo e socialismo ao mercantilismo.

Uma primeira exposição desta prova deve ser a de caráter histórico, mostrando o fim miserável de tôdas as versões que se dedicaram a propor, com o objetivo de rechaçar os "monstros" Partido e Estado político, organizações de natureza diferente para enquadrar a classe proletária em sua luta contra o capital, e para chegar à formação da sociedade pós-capitalista.

Na terceira parte desta exposição trataremos do aspecto econômico, ou seja mostraremos que a meta, o programa, que todos êstes movimentos apartidários e "a-estatais" se davam, não era uma economia socialista e comunista, e sim uma ilusão econômica pequeno-burguesa, ilusão esta que voltou a fundi-los todos ao jôgo de fôrças dos partidos e dos Estados do capitalismo moderno.

Uma primeira e preconceituosa tese lança conjuntamen

te no anti-marxismo todos êstes ensaios baseados em fórmulas ou "receitas" milagrosas de diversas formas organizativas. Esta tese imita as velhas e quase seculares banalidades dos traficantes políticos que reduziam as vicissitudes da luta a uma sucessão de figurinos, como na "moda" do vestuário. Êstes sabichões cacarejavam que na grande revolução francesa o motor foi o clube político, e que a luta entre êstes (jacobinos, girondinos, etc) foi a chave dos acontecimentos. Depois, êsse costume passou de moda e tivemos os partidos eleitorais... depois, pensou-se nas organizações locais, comunais, preconizadas pelos anarquistas..., e em 1900, tem-se a modernissima receita: o sindicato operário de profissão, que tende a suplantar qualquer outra organização e se contrapõe (George Sorel) com seu potencial revolucionário ao Partido e ao Estado. Velhissima canção. Hoje em dia (1957), escutamos trovejar outra forma "autosuficiente": o conselho de fábrica, exaltado de distintas maneiras diante de qualquer outra forma pelos "tribunistas" holandeses, gramscistas italianos, titistas iugoslavos, grupinhos de "esquerda" de epopéias burlescas, etc.

Tôda esta vazia especulação é sepultada por uma só tese (Marx, Engels, Lenin): "A revolução não é uma questão de formas de organização". O problema da revolução reside no choque das forças históricas, no programa da sociedade que substituirá o modo capitalista de produção no fim do seu longo ciclo. O velho utopismo pré-marxista consistiu em inventar o fim em vez de descobrí-lo cientificamente nas determinantes passadas e presentes. Matar o fim e por em seu lugar a organização que se agita: eis o novo utopismo pós-marxista (Bernstein, chefe do revisionismo social-democrata: o fim não é nada, o movimento é tudo).

Recordaremos brevemente estas propostas de modistas, que tentaram "prová-las" sôbre o proletariado, fazendo-o arcar em duras derrotas com o jugo reforçado do capital.

A SUPERSTIÇÃO DA "COMUNA" LOCAL

As doutrinas anarquistas são a expressão da tese: o mal é o poder central; supondo-se em seguida que todo o problema da libertação dos oprimidos está na remoção dêste poder. O anarquista só chega à classe como conceito acessório; o que quer é libertar o indivíduo, o homem, e nisso faz seu o programa da revolução liberal e burguesa. Tudo o que êle reprova nesta última é ter instaurado uma nova forma de poder, sem observar que isto é a consequência necessária do fato de que ela não teve como conteúdo e fôrça motriz a libertação da pessoa e do cidadão, e sim a conquista do domínio sôbre os meios de produção por uma nova classe social. O anarquismo, o libertarismo - e se se aprofunda a análise também o stalinismo como é propagado no ocidente - nada '

mais, são que o clássico liberalismo revolucionário burguês somado a mais alguma outra coisa (que chamam autonomia local, estado administrativo, acesso das classes trabalhadoras aos órgãos do poder constitucional). Com semelhantes idiotices pequeno-burguesas o liberalismo burguês (que em seu momento histórico foi algo real e sério) torna-se a pura ilusão que castra a revolução proletária, nela enterrada hoje até o pescoço.

Pelo contrário, o marxismo é a negação dialética do liberalismo capitalista, que êle não quer conservar parcialmente para agregar-lhe corretivos, mas sim destruir as instituições que dele surgiram e que, locais e sobretudo centrais, têm um caráter de classe. Esta tarefa não está confiada a panacéias de autonomia e independência, mas sim à formação de uma fôrça destruidora e central, cujas formas são justamente o Partido e o Estado revolucionários, os quais nenhuma outra forma pode substituir.

A idéia de desvincular e autonomizar o indivíduo, a pessoa, se reduz em primeiro lugar ao critério ridículo do individualista, que fecha os olhos e ignora a sociedade e a estrutura que esta faz pesar sôbre êle, e que êle não pode destruir, ou na qual sonha colocar um dia uma bomba infernal; tudo isto para terminar no existencialismo comtemporâneo, socialmente improdutivo sob qualquer ponto de vista.

Esta exigência pequeno-burguesa, que nasce da ira do pequeno-produtor autônomo expropriado pelo grande capital, e, por conseguinte, de uma defesa da propriedade (que para Stirner e outros individualistas puros é um "prolongamento da pessoa", que se deve respeitar) adaptou-se ao grande fato histórico do avanço das massas trabalhadoras, reconhecendo com o passar do tempo algumas formas de organização. Durante a crise da I Internacional (depois de 1870), os anarquistas se separam dos marxistas, negando ainda as organizações econômicas e até as greves: já nessa época, Engels estabelece que sindicato econômico e greve não bastam para resolver a questão da revolução, mas que o partido revolucionário deve apoiá-los posto que, como o indicava já o Manifesto, seu valor reside na extensão da organização proletária para uma forma única e central, que é de natureza política.

Nesta fase, a proposta dos libertários é a vagamente definida "comuna" revolucionária local, órgão apresentado às vezes como fôrça em luta contra o poder constituído e que afirma sua autonomia rompendo todo o vínculo com o Estado central; às vezes como forma que administra uma nova economia. Não se trata mais do que de um retôrno à primeira forma capitalista das Comunas autônomas de fins da idade média na Itália e nos Países Baixos alemães, onde uma jovem burguesia lutava contra o Império; como sempre era então um fato revolucionário apoiado no desenvolvimento da economia produtiva, enquanto que hoje é eco vazio disfarçado de falso extremismo.

Para os anarquistas, em cinquenta anos de comemorações, o modêlo dêste órgão local havia sido a Comuna de Paris de 1871, que pelo contrário na análise muito mais potente e irrevogável de Marx e Lenin é o primeiro exemplo histórico grandioso da ditadura do proletariado, de Estado central (embora limitado territorialmente) do proletariado.

O Estado capitalista francês, encarnado na Terceira República de Thiers, retirou-se de sua capital para abater Paris proletária, e se dispôs a fazê-lo com a colaboração das fôrças prussianas, inimigas de guerra. Depois da resistência desesperada e do massacre espantoso que se seguiu, Marx pôde escrever que desde êste dia todos os exércitos nacionais da burguesia estavam coligados contra o proletariado.

Não se tratava de reduzir a luta histórica do marco nacional ao comunal (pense-se numa pobre comuna indefesa da periferia!) e sim de ampliá-la a uma luta internacional. Nos anos da II Internacional aflorou também uma nova versão do socialismo (que impressionou até a mente inquieta do Mussolini do pré-guerra) chamada "comunalismo", que devia construir a célula da sociedade socialista através da conquista da comuna autônoma, desgraçadamente não mais com a dinamite como queriam os anarquistas, e sim por meio das eleições municipais!

As objeções de então seriam inúteis hoje em dia, em que o inexorável desenvolvimento econômico, bem conhecido pelos marxistas, envolveu tôdas as estruturas locais numa cada vez mais inextricável rêde de vínculos econômicos, administrativos e políticos com o centro. Basta pensar no ridículo de cada comuna rebelde que tivesse que construir uma estação de rádio e televisão, ao menos para interferir na de seu grande inimigo, o Estado central.

A idéia de organizações que agrupem trabalhadores de uma comuna, ou de uma comuna que se declare politicamente independente e economicamente autárquica, morreu por si mesma; mas a ilusão burguesa da "autonomia" cumprirá todavia um papel no embrutecimento da mente e na paralização dos braços dos militantes da classe operária.

As outras formas de organização "imediata" dos trabalhadores, movendo-se entre sindicato de profissão ou de ofício, sindicato de indústria e conselho de fábrica, terão uma história maior e mais complexa. Na medida em que estas formas são apresentadas como alternativa à predominância do partido político revolucionário, a história de seus movimentos e das doutrinas que se apoiaram sôbre êles de maneira mais ou menos desordenada coincide com a história do oportunismo da Segunda e da Terceira Internacional à qual dedicamos amplos ensaios. Procuraremos limitar-nos a breves acenos, apesar de ser grave a escassez de conhecimento que as massas da Europa têm desta história de imensos sacrifícios suportados pelo proletariado do continente, sendo necessário

que o proletariado chegue um dia a extrair os ensinamentos destas tremendas experiências.

A história do localismo e do chamado comunismo libertário ou anarquista é a história do oportunismo no seio da I Internacional, do qual Marx teve que se libertar tanto com a crítica doutrinária, como com a dura luta organizativa contra Bakunin e seus tenazes partidários na França, Suíça, Espanha e Itália.

Apesar da história da revolução russa, numerosos "esquerdistas" e inimigos declarados do stalinismo consideram todavia os anarquistas como um ponto de apôio possível; era pois necessário tornar a estabelecer que o libertarismo é uma primeira forma de enfermidade do movimento proletário, predecessora dos outros oportunismos (incluindo o próprio stalinismo) na medida em que colocou as posições políticas e históricas num terreno espúrio capaz de atrair paralelamente ao proletariado as camadas da pequena e até mesmo da média burguesia, no que residiu sempre a causa de todos os êrros e fonte de todos os fracassos. O que se logrou não foi a direção proletária sôbre a "massa popular", e sim a destruição de todo caráter proletário do movimento geral e a servidão do proletariado ao capital.

Êste perigo foi denunciado desde os primeiros anos do marxismo, e é doloroso ter que dizer que hoje temos mais dados que Marx para afrontá-lo, embora o que já há um século atrás fôsse claro entenda-se hoje ao avêsso. Engels também sentia horror pela versão "popular" da revolução operária, como o demonstra, entre cem outras passagens, no prefácio da "Luta de Classes na França":

> "Depois das derrotas de 1849, nós não compartilhávamos as ilusões da democracia burguesa, que contava com uma vitória imediata e decisiva do "povo" sôbre os "opressores", mas sim contávamos com uma longa luta, depois de havermos eliminado os "opressores", entre os elementos antagônicos que se ocultavam justamente neste "povo".

Para a doutrina marxista, desde esta época existem os fundamentos para condenar as atuais versões populares de todos os oportunistas (incluindo os grupelhos quadrifoglistas e barbaristas (2) que dedicaram há pouco largas xaropadas aos acontecimentos húngaros em que, como sempre, tentam

(2) Quadrifoglistas: denominação dada por nosso partido a quatro grupos heterogêneos (trotskistas, internacionalistas de "Battaglia Comunista", anarquistas e a dissidência do P.C. da Itália que pública o periódico "Ação Comunista") que, em dezembro de 1956, tinham fundado um híbrido movimento baseado na fórmula errônea do ativismo e chamado "Movimento de Esquerda Comunista". Barbaristas: "atualizadores" do marxismo, que publicavam na França a revista "Socialismo Ou Barbárie".

fazer com que um movimento popular passe por um movimento de classe).

Aqueles que põem o "povo" em lugar da classe são exatamente os que pretendem homenagear o proletariado, colocando-o à frente e acima do partido comunista, quando com isso na realidade só lhe roubam seu caráter de classe, dispersam-no na incerteza popular, sacrificam-no à contra-revolução.

MITO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Em fins do século XIX os partidos políticos do proletariado se tornaram organizativamente potentes e numerosos em tôda a Europa; seu modêlo era a socialdemocracia alemã, que, tendo travado uma longa luta contra as leis de exceção anti-socialistas de Bismarck, obrigara o Estado kaiserista-burguês a aboli-las, e em cada eleição via aumentar seus votos e o número de suas bancadas no parlamento. Êste partido devia ser depositário das tradições de Marx e Engels, e a isso se devia seu prestígio no seio da II Internacional constituída em 1889.

Mas justamente no seio dêste partido tinha se desenvolvido uma nova corrente chamada revisionismo, cujo teórico máximo foi Bernstein, que sustentava abertamente que o desenvolvimento da sociedade burguesa e seus novos aspectos durante a época de relativa tranquilidade social e internacional que se seguira à grande guerra franco-prussiana indicavam "novos caminhos para o socialismo", diferentes do de Marx.

Foi adotada então - e não se assombrem com isso os jovens militantes operários de hoje - exatamente a mesma frase lançada depois do XX Congresso russo de 1956, com as mesmíssimas palavras que todos crêem recém-inventadas, flamejantes! O revisionista italiano Bonomi, expulso do partido socialista em 1912, ministro da guerra sob Giolitti, que cumpriu a tarefa de fazer metralhar não os fascistas mas os proletários que os combatiam, e que foi depois um dos chefes da república anti-fascista, escreveu há meio século um livro com o título As novas vias do socialismo. Giolitti extraiu dele a frase que dizia que os socialistas tinham guardado Marx no sótão. O atual movimento da Esquerda Comunista Internacional entronca com os grupos da fração de esquerda que, naqueles anos distantes, responderam chamando a seu diário "O sótão".

Os revisionistas sustentavam que na nova situação da Europa e do mundo capitalista a passagem ao socialismo e a emancipação da classe proletária não requeriam a luta insurrecional, o emprêgo da violência armada, a conquista revolucionária do poder político, e deixaram totalmente de lado a tese central de Marx: a ditadura do proletariado.

No lugar desta "visão catastrófica" colocaram a ação legalitária e eleitoral, a ação legislativa no parlamento, e chegou-se até à participação de socialistas eleitos nos ministérios burgueses (possibilismo, millerandismo) com o fim de promulgar leis favoráveis ao proletariado, apesar de os congressos internacionais até à primeira guerra terem sempre condenado esta tática, e de antes dela explodir os colaboracionistas à Bonomi (não os Bernstein, ou na Itália os Turati) serem expulsos do partido.

Esta degenerescência, não só da doutrina mas também da política dos partidos socialistas (da qual não podemos nos ocupar aqui mais extensamente), foi seguida por uma onda de desconfiança diante da forma partido político em amplas camadas operárias, desconfiança esta que favoreceu o jôgo dos críticos anti-marxistas e anarquistas. Num primeiro momento, apenas correntes menos importantes combateram o revisionismo com a norma de permanecer fiéis à doutrina originária do marxismo (radicais na Alemanha, revolucionários intransigentes na Itália, e em outros lugares duros, dogmáticos, ortodoxos, etc).

Estas correntes, às quais corresponde na Rússia o bolchevismo com Plekhanov (que terminou tão mal como o alemão Kautski durante a guerra) e Lenin, não deixaram um instante de reivindicar a forma Partido e (com tôda a clareza sòmente Lenin) a forma Estado, ou seja a forma Ditadura. Mas, no decorrer de um decênio outra escola se pôs em luta contra o revisionismo social-democrata, a escola do sindicalismo revolucionário, cujas origens são certamente mais antigas, e que teve seu chefe teórico em George Sorel. As correntes desta escola foram fortes nos países latinos; inicialmente lutaram nas fileiras dos partidos socialistas, mas logo sairam deles, seja pelas vicissitudes da luta, seja por coerência com sua doutrina que excluia o partido como órgão da revolução de classe.

A forma primogênita da organização proletária era para êles o sindicato econômico, que deveria em primeira linha não só conduzir a luta de classe pela defesa dos interêsses imediatos dos operários, como também preparar-se, sem nenhuma submissão a um partido político, para dirigir a guerra revolucionária final para a destruição do sistema capitalista.

OS SORELIANOS E O MARXISMO

A análise dos fundamentos e da evolução desta doutrina, tanto em seu dirigente ideológico Sorel, como nos grupos multiformes que a seguiram em diferentes países, nos conduziria demasiado longe. Como indicamos, abordaremos em síntese apenas seu balanço histórico e sua perspectiva muito discutível de uma sociedade não capitalista futura.

Sorel e não poucos de seus partidários, também na Itália, declararam no começo ser os verdadeiros continuadores de Marx contra a falsa interpretação pacifista e evolucionista dos revisionistas legatários. Finalmente tiveram que admitir que êles representavam outro revisionismo, que à primeira vista poderia parecer mais de esquerda que de direita, mas que na realidade estava ligado às mesmas origens e continha os mesmos perigos.

O que Sorel retinha de Marx era o emprêgo da violência e o choque da classe proletária contra as instituições e os poderes burgueses, e sobretudo contra o Estado. Mostrava assim haver se mantido fiel à crítica de Marx, segundo a qual o Estado contemporâneo surgido da revolução liberal não deixa, em suas formas democráticas e parlamentares, de ser o órgão genuino de defesa dos interêsses da classe dominante, cujo poder não poderá ser abatido pelas vias constitucionais. Os sorelianos reivindicaram a ação ilegal e o uso da violência, a greve geral revolucionária, e fizeram desta seu máximo ideal, numa época em que a maioria dos partidos socialistas desaprovavam veementemente estas palavras de ordem.

Se bem que a greve geral soreliana, na qual culmina a teoria da "ação direta" (isto é sem intermediários legalmente eleitos entre o proletariado e a burguesia), seja concebida como greve simultânea para tôdas as profissões operárias, tôdas as cidades de um Estado, e ainda como internacional (do que não há verdadeiros e apropriados exemplos), na realidade a insurreição dos sindicalistas conserva a forma e os limites de uma ação de indivíduos, ou de grupos esporádicos, e não se eleva até o conceito de uma ação de classe. Isto deve-se a seu horror a uma organização política revolucionária, que não pode deixar de ter também formas militares e, depois da vitória, estatais (Estado proletário, ditadura), enquanto que os sorelianos, marchando sôbre os passos dos bakunistas de trinta anos atrás, não queriam nem Partido, nem Estado, nem ditadura. A greve geral nacional supostamente vitoriosa coincide (o mesmo dia?) com a expropriação (noção de greve expropriadora), e a visão soreliana da passagem de uma forma social a outra é tão nebulosa e frágil como foi enganosa e caduca.

Em 1920 na Itália, em pleno florescimento do entusiasmo por Lenin, pela forma partido, pela conquista central do poder e a ditadura "expropriadora", esta palavra de ordem falsamente extremista de "greve expropriadora" foi introduzida tanto nos meios "maximalistas" como "ordinovistas", foi uma das tantas vezes em que se teve que recorrer à ducha fria do marxismo, sem piedade e sem mêdo de passar por bombeiros.

Sorel e todos êstes seus epígonos situam-se fora do determinismo marxista, e o jôgo dos efeitos entre esfera econômica e política permanece para êles letra morta; sendo

individualistas e voluntaristas, vêem na revolução um ato de fôrça sòmente depois de ter visto nela um impossível ato de consciência. Como Lenin demonstra em "Que fazer"?, êles invertem o marxismo. Para êles, basta que se desencadeiem a consciência e a vontade que vivem imanentes no foro interior do indivíduo, para que caiam por terra a um só tempo o Estado burguês, a divisão em classes e a psicologia de classe. Não compreendem a alternativa: ditadura capitalista ou comunista, e saem do impasse pela única via histórica possível: restabelecem a primeira. Para êles o núcleo do problema é saber se o fazem conscientemente ou não, o que para nós não tem sentido.

Não nos interessa seguir George Sorel em sua evolução lógica: idealismo, espiritualismo, retôrno ao seio da Igreja Católica.

A PROVA DA GUERRA MUNDIAL

Como já indicamos várias vezes, não podemos certamente expor aqui tôda a história do desastre socialista no momento da explosão da primeira guerra mundial (agosto/1914). Devemos colocar sòmente a questão de se a ruína alcançou exclusivamente os partidos políticos ou se também atingiu as organizações sindicais e os próprios ideólogos da escola sindicalista, que não queriam chamar-se partido, mas que de fato o eram, com uma base de classe pequeno-burguesa, independentemente de sua superstição de pureza operária. Êstes constituiam então, como aliás os anarquistas o têm feito quase sempre, "grupos" mal definidos, que se declaravam apolíticos, anti-eleitoralistas, anti-parlamentares, apartidários. Temos exemplos recentes de como todo êste pudor diante do Partido e da política revolucionária termina permitindo que todos êstes agrupamentos instáveis pertençam aos partidos oportunistas e burgueses, e façam campanhas eleitorais para imundos traidores de classe. Autonomia acima de tudo!

É indiscutível, e é material básico de tôda a restauração do marxismo revolucionário realizada na época de Lenin, que os maiores partidos socialistas da Europa nos fizeram assistir a uma bancarrota vergonhosa. É necessário recordar que Lenin foi inabordável durante três semanas mesmo para sua incomparável companheira, que êle pisoteava os jornais não podendo acreditar nas notícias, e andava furiosamente pelo pequeno quarto suíço como uma fera enjaulada. Não modificamos nada do que temos sempre dito e feito contra os parlamentares que haviam votado os créditos de guerra e haviam entrado nos govêrnos de união sagrada. Mas na Itália se desenvolveu, com a vantagem dos nove meses de atraso até a entrada dêste país na guerra, a luta para impedir a defecção dos chefes de partido há poucos dias da or-

dem de mobilização. A direção do Partido resistia bem, o grupo parlamentar, em sua maioria de tendência reformista, era contrário à greve geral nacional, mas se comprometia a votar contra os créditos de guerra e o govêrno, e o fêz unanimemente. Os que tiveram a posição mais derrotista foram os chefes da Confederação do Trabalho, cuja sabotagem à proposta de greve tivemos que desmascarar: diziam temer seu fracasso; na realidade, por motivos de patriotismo burguês, temiam seu êxito.

Em todos os países foram as grandes centrais sindicais que rebocaram os partidos políticos pela trilha da vergonha. Assim sucedeu na França, na Alemanha e na Aústria. Na Inglaterra, o monstro de todos os tempos, o campeão da contra-revolução, o Labour Party, ao qual estão filiados as Trade-Unions (isto é: os sindicatos econômicos), apoiou unanimente a guerra, enquanto o pequeno partido socialista britânico tomava uma atitude de oposição.

Os críticos sorelianos do parlamentarismo haviam denunciado, com razão, muitas vergonhas, mas não haviam pensado que os deputados operários que frequentavam as ante-salas da administração burguesa eram incitados a isso pelos organizadores sindicais que queriam obter concessões materiais para seus afiliados. A origem do oportunismo (cujo exemplo mais clássico surgiu então) não se encontra - como foi observado por Lenin, e também por Marx e Engels desde as cartas sôbre a contra-revolução alemã de 1850 - na traição e na vileza dos chefes revolucionários, as quais são sòmente uma de suas manifestações inseparáveis.

O oportunismo é um fato social, um compromisso entre as classes que se produz em profundidade, e seria uma loucura não vê-lo. O capitalismo ofereceu um pacto aos operários industriais dispensados do serviço militar. Se na Itália o sindicato ferroviário se opôs à Confederação Geral do Trabalho na questão da greve, em que seus filiados corriam o risco de perder suas prerrogativas, foi por fôrça política e pelos vínculos que existiam abertamente entre êste organismo operário combativo e a ala extrema do partido marxista.

Na crise de 1914, como em tôdas as outras crises análogas ainda que menos ruidosas, os sindicatos foram - ao nível de seus círculos dirigentes - grilhões nos pés dos partidos de classe, e os operários só conseguiram eliminar êstes círculos dirigentes depois de longos anos de luta, da mesma forma que os militantes de partido com os chefes oportunistas e os eleitores socialistas com os deputados. Os sorelianos não viram todo êste acúmulo de fenômenos evidentes, ao propor, como remédio contra o revisionismo, o boicote aos partidos e o refúgio nos sindicatos operários.

Muito pior foi o que aconteceu na França e na Itália, onde existiam confederações sindicais também da corrente anarco-sindicalista. Na França esta era majoritária, com seu

secretário Jouhaux, soreliano até a medula e inimigo do partido e de seu grupo parlamentar. Mas não só Jouhaux, seguido por tôda sua organização e suas massas (salvo minorias no começo absolutamente desprezíveis) seguiu a política patriotarda dos deputados socialistas. Sucedeu o mesmo com o famoso e douto anarquista Eliseu Reclus, e o mais famoso (ainda que idiota) Gustavo Hervé, chefe dos anti-militaristas europeus, diretor da Guerra Social, organizador do "citoyen browning", o cidadão-revólver, que se havia comprometido a plantar o drapeau tricolore dans le fumier, a bandeira francesa na merda: trocou o nome de seu jornal pelo de A Vitória, dirigiu a mais venenosa campanha de ódio aos boches, e foi como voluntário à merda, digna dele.

Das fileiras sorelianas não saiu consequentemente nada melhor que das do partido SFIO, que no que diz respeito a marxismo já então não valia um tostão furado. Os sindicalistas "apartidários" tiveram o mesmo fim dos Guesde e dos Cachin, que vieram (o segundo) a comprar com os francos do Estado francês o jornal de Mussolini (o segundo foi mais tarde comunista, e depois do parênteses hitlerista, pertenceu à resistência antifascista).

Na Itália existia, ao lado da Confederação do Trabalho, a União Sindical Italiana. Por mais impregnada que estivesse de baixo reformismo, a primeira jamais aderiu à política de guerra. Mas os anarco-sindicalistas se dividiram em duas uniões sindicais: uma contrária à guerra, a outra, com de Ambris e Corridoni, declaradamente intervencionista.

Melhor prova deu o partido, porque quando Mussolini dele saiu em 1914, na reunião da seção de Milão não se levantou para defendê-lo nenhuma só voz.

A ORGANIZAÇÃO DE FÁBRICA

A proposição de renunciar ao partido político proletário para deslocar o centro de gravidade da luta política revolucionária para o sindicato de ofício, comporta antes de tudo teoricamente o abandono total das bases da doutrina marxista, e sòmente pode ser feita pelos que - como fizeram finalmente os sorelianos e como haviam feito os bakunistas - abjuram seu credo filosófico e econômico. Em seu balanço histórico ela demonstra por outro lado carecer de qualquer fundamento. O argumento de que no partido podem entrar elementos que não são de origem estritamente proletária, que terminam assumindo os postos diretivos, enquanto que isto não sucederia nos sindicatos - o que não é fato - fica reduzido a nada pelos exemplos históricos mais escandalosos.

A estreiteza do horizonte sindical em comparação com o horizonte político reside no fato de que aquêle não tem um fundamento de classe mas apenas de categoria, sofrendo da

rígida separação medieval dos ofícios. A transformação ulterior do sindicato de ofício (ou profissional) em sindicato de categoria (ou de indústria) não representa um passo à frente.

Nesta forma, por exemplo, um operário carpinteiro que trabalhe na fábrica de automóveis fará parte da federação metalúrgica e não da madereira. Mas as duas formas têm em comum o fato de que na base, o contacto entre os filiados se estabelece sòmente entre elementos que têm em comum (e que por conseguinte tratam) só os problemas de um setor produtivo limitado, e não todos os problemas sociais. A síntese dos interêsses dos grupos proletários locais, profissionais e industriais se faz apenas por meio do aparelho de funcionários das organizações.

Portanto, a superação da estreiteza de interêsses se realiza exclusivamente na organização de partido, que não separa os proletários pela profissão nem por setores produtivos.

Depois da primeira guerra mundial, sendo evidente para todos que a traição à causa socialista recaía não só nos grupos parlamentares e nos partidos, mas também nas grandes organizações e confederações sindicais, teve grande impulso a super-valorização de uma nova forma de organismo imediato dos proletários industriais: o conselho de fábrica.

Os teóricos dêste sistema pretenderam que êle podia expressar melhor que qualquer outro a função histórica da classe trabalhadora moderna, e isto a um duplo nível. A defesa dos operários frente ao patrão passava do sindicato ao conselho de fábrica, podendo coligar-se aos outros no "sistema de conselhos" segundo as localidades, as regiões, as nações, e segundo os setores industriais. Mas surgia uma nova reivindicação: a do contrôle da produção e, mais adiante, a da gestão. Os conselhos reivindicaram não só ter voz no tratamento dos operários por parte da firma quanto às questões de salários, horários, e outras, mas também nas operações técnico-econômicas, deixadas até então à decisão da emprêsa: programas de produção, compra de matérias primas e destino dos produtos. A gestão operária total, isto é a eliminação efetiva, a expropriação dos patrões, era posta como meta de uma série de "conquistas" nesta direção.

Esta ilusão, que inicialmente podia seduzir, foi prontamente considerada pelos marxistas revolucionários (pelo menos na Itália) como totalmente enganosa. A questão do poder central ficava eliminada nesta perspectiva, porque se admitiam como coexistentes o poder do Estado burguês e um grau avançado de contrôle operário, e até uma quota de gestão operária exercendo-se sobre um certo número ou conjunto de emprêsas (um primeiro exemplo de coexistência entre o lobo e o cordeiro!).

Não se tratava senão de um novo revisionismo, de uma edição (piorada) do reformismo, se se tem em conta que neste sistema hipotético se desvanecia - no entrecruzar-se das gestões locais - o plano social da produção e da economia que os revisionistas clássicos confiavam a um Estado político conquistado por meios pacíficos pela classe operária.

É fácil estabelecer, de um ponto de vista teórico, que se tratava de um sistema tão anti-marxista como o do sindicalismo soreliano. Com procedimentos similares vemos eliminados do drama revolucionário os personagens que são suspeitos: Partido de classe e Estado de classe, enquanto que os revisionistas clássicos se limitavam formalmente à sabotagem aberta da violência de classe e da ditadura de classe. Em ambos os casos são, em substância, a revolução e o socialismo que desaparecem.

Continuando nos decênios seguintes a dar crédito à desconfiança banal diante das duas formas Partido e Estado, chegou-se a confundir o "conteúdo do socialismo" com êstes dois postulados: contrôle operário da produção, gestão operária da produção. E esta coisa seria o novo socialismo.

Disse Marx qual é o "conteúdo do socialismo"? Marx não se ligou a uma expressão tão metafísica. O conteúdo de um recipiente pode ser tanto a água como o vinho, como um líquido fedorento. Enquanto marxistas podemos perguntar-nos qual é o processo histórico que conduz ao socialismo, e podemos perguntar-nos quais são as relações entre os homens que se terá "no socialismo", ou seja na sociedade não mais capitalista.

Sob êstes aspectos são pura idiotice as respostas: contrôle da produção na fábrica, gestão da fábrica, ou a outra que as acompanha frequentemente: autonomia do proletariado.

Se nos referimos ao processo histórico que conduz ao socialismo a partir da sociedade capitalista plenamente industrial, desde há um século temos indicado como o vemos: formação do proletariado, organização do proletariado em partido político de classe, organização do proletariado em classe dominante. Sòmente a partir dêste momento começa o contrôle e a gestão da produção, não na emprêsa e por parte do conselho de pessoal, mas na sociedade e por parte do Estado de classe, dirigido pelo Partido de classe.

Se esta busca do risível "conteúdo" se refere à sociedade plenamente socialista, com mais razão as fórmulas de contrôle operário e gestão operária perdem todo o sentido. No socialismo não existe mais a sociedade seccionada entre produtores e não-produtores, porque não existe mais uma sociedade dividida em classes. O conteúdo (se se quer usar esta pobre expressão) do socialismo não será a autonomia, o contrôle e a gestão do proletariado, mas o desaparecimento

do proletariado. Do salariado. Da troca e até mesmo da última troca, a que se efetua entre moeda e fôrça de trabalho. E por fim da emprêsa. Não haverá nada a controlar e administrar, ninguém a quem pedir autonomia. Êstes sistemas ideológicos mostram que os que os adotam são teórica e praticamente impotentes para lutar por uma sociedade que não seja uma cópia ruim da sociedade burguesa. A autonomia que perseguem como uma árdua meta é apenas a autonomia diante da fôrça do partido de classe, diante da ditadura do proletariado. O jovem Marx, impregnado ainda de fórmulas hegelianas (fórmulas nas quais essa gente ainda hoje crê) responderia que quem busca a autonomia do proletariado encontra a autonomia do burguês, "eterno modêlo do homem" (ver A questão judia).

HISTÓRIA DO "SOCIALISMO DE EMPRÊSA"

Os conselhos ordinovistas italianos têm precedentes nos países anglo-saxões e por antepassados as antigas associações de mestres, que não nasceram da guerra a um patrão burguês e sim da guerra a outras associações de mestres e a formas senhoriais e feudais.

Quando por desgraça se falsificou a revolução russa, fazendo do primeiro capítulo da revolução proletária européia uma luta de camponeses pela "conquista da terra", criou-se o paralelo superficial da "conquista da fábrica". Por esta trilha se degenerou e se degenera a via mestra da conquista do poder e da sociedade.

No devido lugar já mostramos como Lenin liquidou êste problema para a Rússia, na questão agrária e na questão industrial, e não é preciso repetirmos (3).

Sindicalistas e anarquistas do mundo inteiro retiraram suas simpatias à revolução russa quando compreenderam que o "contrôle operário e camponês" de Lenin, sôbre o qual tanto se especula e o qual tanto se falsifica, derivava do tronco potente do contrôle do poder, e dizia respeito às emprêsas que o Estado russo não podia ainda expropiar.

As tentativas de gestão autônoma das fábricas tiveram que ser reprimidas, algumas vezes com a fôrça, para evitar desastres econômicos e sem sentido, que teriam sido anti-socialistas pelos efeitos políticos e militares sôbre a guerra civil.

---

(3) Trata-se de "Struttura Economica e Sociale della Russia d'oggi", aparecido no "Programa Comunista" entre os anos de 1955-57. Será brevemente publicado em português o "Balanço de uma revolução", cuja terceira parte amplia êste estudo, retomando seus pontos cardiais.

Logo foi dissipada a confusão entre o Estado dos conselhos operários, órgãos territoriais e políticos, e a ficção ordinovista do Estado dos conselhos de emprêsas, autônomos em sua própria gestão. A êsse respeito basta ver as teses do II Congresso da Internacional Comunista sôbre os sindicatos e os conselhos de fábrica, que definem a tarefa dêstes órgãos antes e depois da revolução. A chave da solução marxista reside na penetração do partido revolucionário nestes órgãos e na subordinação deles (bem diferente de autonomia!) ao Estado revolucionário. No trabalho sôbre a questão russa expusemos as sucessivas discussões travadas a êsse respeito no seio do partido.

Interessa-nos tratar brevemente a experiência italiana. Em 1920 teve lugar o célebre episódio de ocupação das fábricas. Os operários, claramente descontentes com o comportamento dos grandes sindicatos confederados, empurrados pela situação econômica e pelas intenções ofensivas dos industriais depois da primeira euforia pós-bélica, entrincheiraram-se nas fábricas, depois de terem expulsado os chefes, pondo-as em estado de defesa, e tentando em numerosas localidades continuar o trabalho e, às vezes, dispor comercialmente dos produtos manufaturados.

Êste movimento teria obtido desenvolvimentos grandiosos se naquele momento, em setembro de 1920, o proletariado italiano tivesse um partido forte e decidido: pelo contrário, estava em pleno desenvolvimento a crise do partido socialista, depois do congresso unitário de Bolonha de 1919, seguido da estrepitosa vitória eleitoral com 150 deputados no parlamento, e se desenvolvia a crise do falso extremismo dos "maximalistas" de Serrati, a qual só viria a resolver-se em janeiro de 1921 com a cisão de Livorno.

As decisões eram sempre transferidas para híbridas convocações da direção do partido (com algumas de suas organizações periféricas, disputadas pelas diversas frações), dos parlamentares socialistas e dos chefes da Confederação do Trabalho. A esquerda sustentou em vão que só o partido devia afrontar tais problemas da luta política operária e dar as palavras de ordem: os deputados e os organizadores sindicais deviam seguí-las enquanto membros do partido. Tratava-se de ações em escala nacional e genuinamente políticas.

Por outro lado, a orgia de falsas posições extremistas foi a prova de quão ruinosa é a falta de sólidas bases doutrinárias no partido. Confundiu-se o generoso movimento de invasão das fábricas com a constituição na Itália dos soviets, ou conselhos operários, e os mesmos que se opunham à palavra de ordem de conquista do poder falaram em proclamar esta constituição. Esqueceram-se as posições claras de Lenin e dos congressos mundiais, de que os soviets não são organismos que possam coexistir com o Estado tradicional, e sim que surgem em um período de luta aberta

pelo poder, quando o Estado vacila, para substituirem os órgãos executivos e legislativos burgueses. Na confusão geral, e na absurda colaboração entre revolucionários e legalitários, o movimento caiu na impotência.

O chefe burguês Giolitti teve uma visão muito mais clara. Até mesmo sob o ângulo constitucional, teria podido ordenar a expulsão, pelas fôrças armadas, dos operários que haviam ocupado os estabelecimentos: se absteve de fazê-lo, apesar das incitações das fôrças de direita e do nascente fascismo. Os operários e suas organizações não mostravam nenhuma intenção de sair armados das fábricas ocupadas e praticamente inertes para atacar as fôrças burguesas e tentar ocupar as sedes da administração e da polícia: a fome deveria levá-los a abandonar a posição insustentável que haviam assumido. Giolitti não fêz disparar, praticamente, um só tiro, mas o movimento terminou miseràvelmente e logo os dirigentes e patrões capitalistas recuperaram a posição e a direção das fábricas nas mesmas condições anteriores, depois de um número desprezível de incidentes. A tormenta havia passado sem nenhuma perturbação séria para o poder e o privilégio de classe.

Tôda a história italiana dos anos do pós-guerra demonstra claramente como, ainda em condições favoráveis, a luta proletária está destinada ao fracasso quando falta o partido revolucionário capaz de abordar a questão do poder de maneira radical; e também a história do fascismo o demonstra.

Trata-se da bancarrota da fórmula que quer substituir a revolução (que leva ao contrôle político da sociedade), o assalto do Estado burguês e a instauração da ditadura do proletariado pela ilusão mesquinha do contrôle e da conquista das unidades produtivas por parte dos operários organizados em conselhos de fábrica que agrupam todo o pessoal, sem levar em conta as diretivas políticas e a filiação partidária.

A corrente italiana do ordinovismo não chegou então a sustentar a inutilidade do partido, porque as vicissitudes da III Internacional levaram-na a convergir para a tática de contatos entre os diversos partidos proletários ainda que reformistas e oportunistas, e porque sua ideologia era a de uma frente única de classe entre os operários, industriais e pequeno-burgueses. Mas os acontecimentos ulteriores e a história do triunfo do oportunismo na Itália e na Internacional mostraram quão perigoso ponto de partida foi a doutrina do conselho de fábrica que se basta a si mesmo e à causa revolucionária, e a ilusão de que para a vitória do comunismo é suficiente a transferência da emprêsa isolada das mãos do patrão para as dos empregados, independentemente da questão geral de uma nova organização de tôda a vida humana, na qual o velho esquema produtivo, a que estão ligadas as redes imediatas dos órgãos sindicais e de emprêsa,

deve ser primeiro denunciado e depois destruído até a última pedra.

INÚTIL RETÔRNO A FÓRMULAS SEM CONTEÚDO

A cada etapa do processo de involução que a grande tragédia russa nos apresentou e nos apresenta, se sucede a tentativa de voltar a dar vida a formas de organização proletária diferentes daquelas sôbre as quais os grandes pioneiros da revolução de Outubro basearam o imenso esfôrço que os conduziu à vanguarda do ameaçador avanço proletário e anti-capitalista do final da primeira guerra mundial: o Partido político e a ditadura proletária.

Da desconfiança temerosa diante do Partido e do Estado - formas de organização indispensáveis para inverter históricamente a relação de dominação de classe - não sairá jamais nenhuma construção, teórica ou prática, útil a uma grande retomada do movimento de classe. A pueril objeção se reduz à convicção de que a própria natureza do homem o leva a transformar o exercício do poder, de defesa da causa das fôrças sociais que deram o mandato à rêde "hierárquica" (a palavra é exata) em uma defesa dos interêsses pessoais e da vaidosa luxúria do indivíduo revestido das funções do poder no Partido e no Estado.

O marxismo consiste na demonstração da inexistência desta fatalidade estúpida, e na demonstração de que as ações dos indivíduos dependem de fôrças desenvolvidas pelos interêsses gerais, tanto quando se trata de ações de indivíduos que reagem como simples moléculas da massa paralelamente a outras, como - e sobretudo - quando se trata de unidades colocadas pela dinâmica social nos pontos-chave cruciais da luta histórica.

Ou vemos a história como marxistas, ou recairemos nas masturbações escolásticas, que explicam acontecimentos colossais com as manobras, com as quais o monarca conseguiria garantir a transmissão da coroa ao seu herdeiro ou à sua linhagem, ou com as façanhas do chefe militar, que delas seria capaz pela intenção de ser glorificado e imortalizado pela posteridade! O vínculo entre uma previsão consciente, uma vontade motora e um resultado direto que "plasma" a sociedade e a história, nós o consideramos vedado ao indivíduo, não só ao pobre cristo-molécula perdido no magma social, mas também e sobretudo ao coroado, ao que empunha o cetro, ao revestido de cargos, de honras, e com o nome decorado por títulos e iniciais maiúsculas. É justamente êste homem que não sabe o que quer, não consegue o que pensava, e ao qual, perdoem-nos a nobre imagem, o determinismo histórico reserva os maiores pontapés no traseiro. Se se aceita a nossa doutrina, é o chefe que se reveste ao máximo da função de marionete da história. A sucessão de

tôdas as revoluções, quando são estudadas como superação das formas produtivas, nos mostra uma fase dinâmica na qual a regra é que os combatentes, fôrças que expressam uma determinante social em direção a um maior bem-estar, suportam os maiores sacrifícios em seus postos de primeira ou segunda linha, imolando, além da vida física, a "carreira para o poder", obedecendo a fôrças ainda indecifradas que acompanham o parto histórico da forma social de amanhã.

Na fase histórica final de tôda forma, esta dinâmica social se decompõe, porque outra forma oposta dela está surgindo, e a defesa conservadora da forma tradicional tende a ser assegurada pelos egoismos pessoais, pelo "que-me-importa" individual, por uma crassa corrupção, de que são exemplo os escroques de tôdas as épocas, pretorianos, cortesãos feudais, sacerdotes libertinos, e os vis burocratas da especulação burguesa atual.

E apesar disso, apesar da euforia social de cinismo e de insolência existencial de todos os seus lacaios e ajudantes de cozinha, a defesa contra a queda da forma capitalista continua entretanto assegurada com continuidade e vigor pelas redes organizadas dos Estados, e pelos próprios partidos políticos da classe dominante, que em diversas encruzilhadas históricas mostraram como se organizam sòlidamente em uma única fôrça contra-revolucionária (e com isto não aludimos sòmente à Alemanha e à Itália fascistas, mas também à própria Inglaterra, América do Norte e Rússia contemporâneas, se se sabe olhar um pouco mais além da gigantesca hipocrisia). E entre outras coisas nos mostraram como ousam vir roubar-nos a potência ardente de nossos segredos sôbre a geologia dos subsolos históricos!

Nós, justamente nós, teríamos que ser muito covardes para desonrar a fôrça e a forma que nossa própria e irrefreável energia deverá revestir: o Partido revolucionário e o Estado de ferro da ditadura, que sem dúvida terão, e seja em funções individuais, pessoas nos nós de sua rêde, mas que revelarão que êstes não manobram e não decidem intrigas, segredos e surpresas, mas sim que procedem segundo a linha férrea da meta que o desenvolvimento histórico prescreveu aos órgãos da revolução irreversível das formas econômicas e sociais.

Buscar garantias contra a degenerescência de um líder ou de um responsável por uma função qualquer em organismos diferentes do Partido demonstra única e exclusivamente que se renegou tôda nossa construção doutrinária.

De fato, a rêde dos "chefes" e dos "hierarcas" existe nestes organismos assim como no partido; em geral nem sequer está formada sòmente por operários, sendo que um aspecto claro e doloroso da experiência histórica ensinou que o ex-operário que tenha deixado o trabalho pelo cargo sindical é mais propenso a trair sua classe que o elemento vindo

das classes não-proletárias; os exemplos poderão ser dados aos milhares.

Tôda esta retratação é apresentada comumente como uma aproximação, um vínculo mais estreito, uma aderência mais estrita às "massas".

Que são as massas? São a classe ainda sem energia histórica, isto é, sem partido que a fixe à sua histórica via revolucionária, e por conseguinte são a classe que está apenas ligada e aderente à sua situação de submissão, às cadeias de sua distribuição na organização social burguesa. Ou então, em certas situações históricas, as massas superam quantitativamente a "classe" operária porque englobam estratos semiproletários.

Nosso desenvolvimento, com fidelidade absoluta aos ditames da escola marxista, mostra um duplo momento histórico desta situação, e tudo o que dissemos acima pode ser sintetizado nesta distinção.

Quando a revolução burguesa ainda tinha de estourar e se tratava de abater as formas feudais, como no caso da Rússia em 1917, nessas camadas do "povo" não ainda proletário existiam fôrças e energias dirigidas contra o poder do Estado e as altas camadas sociais; dando um passo decisivo, essas camadas podiam se agregar ao proletariado da época, não só como efetivos numéricos, mas também como um fator de potencial revolucionário, utilizável na fase de transição, sob a condição da clara visão histórica e da potente organização autônoma do Partido da ditadura operária e de sua hegemonia, garantida pelos vínculos com o proletariado mundial.

Acabada a pressão revolucionária anti-feudal, esta "moldura" que cerca o proletariado revolucionário e classista mostra-se mais reacionária que a alta-burguesia: todo o passo para ligar-se a êle é oportunismo, destruição da fôrça revolucionária, solidariedade com a conservação capitalista. Hoje em dia isto vale para todo o mundo branco.

É verdade que os atuais oportunistas russos, em sua desenfreada corrida para renegar qualquer diretiva revolucionária, ainda não botaram a forma partido no ferro-velho. Porém, a cada etapa de sua involução, êles se justificam invocando as massas, de cuja solidariedade se vangloriam a bel-prazer.

Não é necessário dar aqui outra prova a posteriori e histórica da inconsistência desta velha, enganosa e fastidiosa receita, nem de como ela esteve sempre na base da destruição do partido revolucionário.

TERCEIRA PARTE

DEFORMAÇÃO PEQUENO-BURGUESA DAS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COMUNISTA NAS CONCEPÇÕES "SINDICALISTAS" E "SOCIALISTAS DE EMPRÊSA"

O PARTIDO É INSUBSTITUÍVEL

A pretensão de moldar completamente a estrutura da organização operária de luta segundo a rêde produtiva da economia industrial burguesa, pretensão esta elevada à sua máxima expressão no sistema de Gramsci, e que hoje é reivindicada por diversos grupos de críticos da degenerescência stalinista, une (e não poderia ser de outra maneira) sua impotência de ação à sua incapacidade para distinguir as características que opõem a estrutura econômica de hoje à da sociedade comunista que substituirá amanhã a sociedade capitalista através da vitória de classe do proletariado. Ela está assim muito abaixo dos resultados clássicos da crítica feita pelos marxistas à economia atual.

Seu êrro econômico é idêntico aos que mostra o sistema stalinista e que foram enormemente agravados pelas fases pós-stalinistas inauguradas com o XX Congresso russo, justamente quando se começou a campanha de crítica e correção a Stalin. O êrro consiste sempre em acreditar na ilusão de uma sociedade na qual os operários teriam ganho a partida contra os patrões no seio da comuna, da profissão, da emprêsa, mas permaneceriam presos nas malhas de uma sobrevivente economia de mercado, sem advertir-se de que esta é o próprio capitalismo.

As características de uma sociedade não capitalista e não mercantil, tal como decorrem do verdadeiro estudo marxista, como resultado de uma previsão crítica e científica isenta de qualquer utopismo, só podem ser alcançadas e apreendidas em sua forma programática pelo partido, porque precisamente o partido não está obrigado a moldar sua organização sôbre a alienação que o capitalismo impõe à classe produtora. As vacilações frente à necessidade da forma Partido e da forma Estado se transformam na perda completa das conquistas programáticas referentes à antítese total entre as formas comunistas e as formas capitalistas, da qual o partido de escola marxista era bem consciente. Basta pensar nos postulados do programa marxista: abolição da divisão técnica e social do trabalho (o que significa a ruptura dos limites entre as diferentes emprêsas de produção), abolição do contraste entre a cidade e o campo, síntese social da ciência e da atividade humana; basta pensar nisso para compreender que todo o esbôço "concreto" de organização e de ação proletárias, que se proponha a refletir em si a estrutu

ra atual do mundo econômico, se condena a não superar os caracteres e os limites próprios das atuais formas capitalistas, e ao mesmo tempo a não compreender que é anti-revolucionário.

O caminho para superar esta situação de inferioridade passa (ainda que seja através de uma série enorme de conflitos) por órgãos constituídos sem nenhum material e sem nenhum modêlo tomados aos órgãos do mundo burguês, e que só podem ser o Partido e o Estado proletários, nos quais se cristaliza a sociedade de amanhã antes de existir històricamente. Nos órgãos que denominamos imediatos e que são modelados pela fisiologia da sociedade atual, não pode virtualmente cristalizar-se nada, senão a repetição e a salvação desta.

A FORMA COMUNAL

A estreita visão dos libertários que polemizavam com Marx na I Internacional por volta de 1870, e que já recordamos, e a extravagância do difundido preconceito de que fôssem "mais avançados" que Marx, é evidente pelo fato de que os anarquistas não compreenderam (e isto apesar de se oporem verbalmente ao militarismo e ao patriotismo) que na condenação histórica que êle faz da economia burguesa há um salto vigoroso: o que vai da análise do capitalismo no marco nacional à pesquisa de suas leis de difusão mundial, à importância da formação do mercado internacional.

Enquanto que Marx descreve em sua obra esta última culminação da tarefa da burguesia moderna, além da qual não prevê outra etapa senão a conquista da ditadura proletária nos Estados avançados do mundo, fazendo suceder-se à destruição dos estados nacionais nascidos com o capitalismo um poder internacional cada vez maior do proletariado, os anarquistas propõem a destruição do Estado capitalista para substituí-lo depois de sua derrubada (senão precisamente pela autonomia ilimitada de todo o indivíduo, mesmo que burguês) por pequenas unidades humanas que seriam as comunas dos produtores, autônomas entre si.

Não se vê em que difere da sociedade burguesa atual esta forma abstrata de sociedade futura fundada sôbre as comunas locais, e que formas econômicas distintas das atuais nos oferece. Os que, como Bakunin e Kropotkin, procuram descrevê-las, não fizeram senão ligá-la a idéias filosóficas, e não a uma análise crítica das leis da produção històricamente constatáveis até hoje. Quando tomaram alguns fragmentos críticos de Marx, não souberam extrair senão uma mínima parte de suas conclusões: impressionados pelo conceito de mais-valia (que é um teorema econômico), nele apoiaram apenas a condenação moral da exploração e viram sua causa no "poder" do ser humano sôbre o ser humano. Permanecendo a-

trás e abaixo da dialética, não podiam compreender, por exemplo, que o salto da apropriação do produto físico e do trabalho do servo por parte do senhor feudal para a produção da mais-valia no capitalismo, representou uma "liberação" efetiva de formas mais pesadas de servidão e de opressão, apesar de persistir a necessidade de uma divisão em classes e de um poder de Estado em proveito da burguesia, mas também, nessa fase, em proveito de todo o resto da sociedade.

Um dos principais motivos do maior rendimento do esfôrço humano e de uma maior remuneração média, permanecendo os esforços constantes, foi a formação do mercado nacional e a divisão do trabalho produtivo nos ramos da indústria que intercambiavam seus produtos semi-elaborados e elaborados numa esfera de livre circulação, com a tendência cada vez mais enérgica para extendê-la para fora das fronteiras de cada Estado.

Ao aumentar, em plena coerência com tôda a descrição marxista, a riqueza da burguesia e a fôrça de cada um dos seus Estados, e com isto a produção da mais-valia (o que não é inconciliável, entre outras coisas, com uma certa diminuição da jornada de trabalho e um aumento geral do campo de satisfação das necessidades, não significando portanto imediatamente o aumento da extração absoluta e integral de mais-valia em prejuízo da classe baixa) não tem nenhum sentido a idéia de que para demolir o sistema capitalista se tenha que voltar, rompendo o Estado nacional, às ilhotas de poder que caracterizavam a idade média pré-burguesa. Por conseguinte, é francamente retrógrada a idéia de voltar a encerrar nestes limites estreitos os círculos econômicos de produção e consumo, apenas com o objetivo de eliminar de cada pequeno círculo as apropriações dos poucos ociosos que não trabalham.

É evidente que neste sistema comunal-igualitário o custo da nutrição diária é calculada em horas de trabalho de todos os membros adultos da comuna (abandonemos o pequeno argumento: quem obrigará a trabalhar aos que não querem fazê-lo?) será sem dúvida maior que numa nação, digamos a França moderna, na qual a circulação econômica entre as diferentes comunidades é permanente, fabricando-se uma determinada manufatura na região em que a sua produção é mais fácil; a nutrição sairia mais cara, apesar das "cem famílias" que hoje comem de graça.

Nada restaria às comunas a não ser comerciar entre si num quadro de livre troca, e ainda que admitindo que unicamente uma "consciência universal" regulasse pacíficamente esta relação entre os núcleos econômicos locais, nada impediria que, com a oscilação de equivalências entre mercadorias, se realizassem subtrações de mais-valia e de sôbre-trabalho entre uma comuna e outra.

Êste sistema imaginário de pequenas comunas econômi-

cas reduz-se a uma caricatura filosófica do self-government, do auto-govêrno dos pequenos burgueses de todos os tempos. É fácil ver que se trata de um sistema tão mercantil como o da Rússia de Stalin e da Rússia cada vez mais anti-proletária de seus sucessores, um sistema de equivalentes monetários (sem um Estado que cunhe a moeda??) totalmente burguês, mais pesado para o produtor médio que um sistema de grandes indústrias nacionais e imperialistas.

A FORMA SINDICAL

Desenvolvemos a parte histórico-política da crítica à concepção sindicalista da luta proletária, mostrando a insuficiência doutrinal e a inaptidão, provada através da experiência passada, da fórmula: sindicato contra Estado burguês - concepção surgida com o intento de prescindir do órgão de luta constituído pelo Partido político, e do órgão de direção social representado pelo Estado revolucionário de Marx, tão indispensável quanto històricamente transitório.

Na ideologia de Sorel e seus discípulos, o sindicato bastava sòzinho tanto para a função da direção da luta como para a organização e direção da economia proletária, economia já não capitalista. Nesta parte demonstraremos como esta posição só aparece quando se confundem, se desvirtuam, os caracteres da forma de produção posterior e oposta ao capitalismo, até convertê-la numa imagem a-histórica que não se realizará e não é realizável. Esta imagem só vive nas ilusões de um pensamento semi-burguês, nutrido por um certo ódio contra a grande burguesia patronal, mas impotente para compreender a profundidade da antítese entre a sociedade atual e a que surgirá da vitória do proletariado.

O oportunismo de tôdas as épocas criou muitas confusões sôbre o programa da forma social futura, como foi o caso dos partidos políticos que reivindicaram o marxismo e que se desonraram até o ponto de sustentar que a formulação de um tal programa histórico final (que chamaram máximo, não tanto para contrapô-lo a um programa imediato e MÍNIMO, como para ridicularizar sua existência) era totalmente supérflua. Grande foi, e será, a luta para provar que os critérios decisivos de um tal programa são nosso patrimônio desde a primeira aparição da corrente revolucionária marxista. Mas é ainda maior a indeterminação, na visão sindicalista, do sistema social surgido da vitória dos sindicatos econômicos sôbre o patronato capitalista, e da destruição e derrubada do Estado político da burguesia.

Na história das correntes socialistas houve muitos equívocos sôbre as formas de simples cooperação que, até mesmo em textos importantes, se confundiram com a forma econômica socialista, quando em realidade são filhas do utopismo

pré-marxista. Mais tarde, quando tivermos que ocupar-nos da corrente do socialismo de emprêsa, dos conselhos de fábrica, ver-se-á melhor sua conexão com uma perspectiva social de rêdes de cooperativas de produção. Diante da visão sindicalista soreliana da sociedade que funcionará depois da derrota dos capitalistas, temos antes de tudo o dever de perguntar-nos se sua célula constitutiva será o sindicato de ofício local, de pequenas circunscrições territoriais, ou então o sindicato de ofício nacional, e potencialmente internacional.

Não devemos esquecer que na engrenagem das organizações econômicas de defesa, tal como se apresentava em fins do séc. XIX e princípios do séc. XX (com particular nitidez nos países latinos), um órgão conquistou a primazia por sua dinâmica atividade: foi a Câmara do Trabalho, que na França se chamou menos apropriadamente "Bourse du Travail" (Bolsa do Trabalho). Se a primeira denominação sugere um parlamentarismo burguês, a segunda é pior, evoca um mercado de trabalho, uma venda dos trabalhadores ao patrão que pagar mais, parecendo mais afastada do conteúdo de uma luta extirpadora do próprio princípio do patronato.

Seja como fôr, enquanto as ligas isoladas e suas próprias federações nacionais, órgãos menos unitários e centralizados, se ressentem fortemente da limitação da categoria profissional preocupada com reivindicações precárias e estreitas, as Câmaras de Trabalho urbanas ou provinciais, desenvolvendo a solidariedade entre operários de ofícios e de lugares de trabalho diferentes, eram colocadas diante de problemas de classe de uma ordem superior e de cunho nitidamente político: discutiam verdadeiros problemas políticos, não no vulgar sentido eleitoral, mas de ação revolucionária, ainda que o caráter local não pudesse subtraí-las completamente dos efeitos que temos examinado na crítica das formas "comunalistas" e localistas.

VIGOR DAS FORMAS INTER-SINDICAIS

Poderíamos citar episódios dos anos vermelhos do primeiro pós-guerra na Itália, nos quais o órgão específico e ativo da Câmara do Trabalho, chamado Conselho Geral das Ligas, decidiu mobilizações de grande alcance, como as vigorosas conclamações feitas abertamente em nome dos grupos socialistas (e depois comunistas), sem a convocação formal por parte dos funcionários sindicais. Na França, nos primeiros anos do século, estava na ordem do dia o temor da Sureté (polícia francesa) pelas vagas do movimento que partiam das "Bourse du Travail". Estas, sem sabê-lo, eram órgãos políticos de luta pelo poder, mas as pelegadas confederais reformistas e ainda, às vezes, anarquistas, especulavam com seu isolamento local, para impedir movimentos de alcance nacional e internacional (como no caso da greve internacional

tentada em 1919 em defesa da Rússia agredida pelos exércitos burgueses da Entente).

No mês de setembro de 1920, durante a ocupação das fábricas na Itália, os donos dos armazéns burgueses, aterrorizados, abriram suas portas deixando formar depósitos de bens de consumo nas Câmaras do Trabalho, que os distribuiam aos desocupados: funções que transcendiam efetivamente os problemas sindicais de remuneração do trabalho, e que não fizeram entretanto o procurador supremo da ordem constituída, Giovanni Giolitti, perder o sangue frio, tendo êste o mérito (para a defesa da ordem constituída) de não processar-nos como ladrões, o que o rigor jurídico exigiria.

Na fase fascista que se seguiu, não dos bandos de Mussolini que sempre sofreram sangrentas derrotas, mas das fôrças armadas estatais, inclusive artilharia (Empoli, Prato, Sarzana, Parma, Ancona, Foggia, Bari onde até a marinha militar abriu fogo), só triunfaram depois de reiterados assaltos contra a defesa dos operários que transformaram em fortalezas as sedes das Câmaras de Trabalho.

Na greve de agôsto de 1922 faltou a coordenação nacional desta defesa - tentada sòmente pelo jovem partido comunista - devido à traição das centrais sindicais e do partido majoritário dos maximalistas-reformistas, que conseguiram pela enésima vez freiar o movimento justamente nas grandes cidades, onde o movimento fascista não contava nada, tanto que se apoderou apenas de Bolonha e de Florença, mas não de Milão, Roma, Gênova, Turim, Nápoles, Veneza ou Palermo, por desgraça ligadas legal e pacìficamente aos centros paralizantes. Esta - e não outubro de 1922 com a comédia da marcha sôbre Roma - foi a conclusão da vitória do capitalismo italiano sôbre a revolução proletária, assassinada pela traição infame do oportunismo. Com isto deixamos o tema italiano.

Por conseguinte, na rêde sindical vemos a impotência do sindicato profissional local e da federação profissional nacional, com a central nacional controlada em quase tôdas as partes por partidos oportunistas, enquanto que a única sede de uma ação de classe residia, numa época, nos órgãos intersindicais das cidades e províncias.

Até êste último recurso foi destruído na fase atual da maré oportunista stalinista, pôsto que a Câmara de Trabalho, como sede de encontros ardentes dos trabalhadores mais combativos, deixou de existir (Tradicionalmente, à noite, os trabalhadores estavam presentes aos milhares, sendo fácil fazer com que na manhã seguinte uma decisão sua fôsse levada a toda a região). Em seu lugar o clero rosa e vermelho construiu um corredor com carreiras burocráticas de guichês onde cada operário isolado e intimidado vai perguntar quais são seus direitos, ou quais são as "disposições" vindas de cima com respeito a alguns dos ridículos movimentos de hoje,

resmungando sôbre as diretivas recebidas e lamentando-se das greves castradas.

A FUNÇÃO ECONÔMICA

Situemo-nos na hipótese de um movimento vitorioso contra as fôrças da ordem, e de uma atividade econômica e produtiva que tenha começado a desenvolver-se depois de haver eliminado a direção burguesa. Esta hipótese seria menos irreal sòmente no caso de uma cidade com fortes organizações que tivessem um centro único, mas ainda assim nos conduziria às objeções que fizemos à forma "comunal", aplicadas agora à eventualidade de uma vitória numa só cidade ou província, a qual deixasse intactas as outras cidades e províncias do mesmo Estado.

Para compreender pois a frase dos sorelianos e consortes sôbre a direção sindical da economia "futura" (sem repetir o que dissemos sôbre a ilusão da direção das comunas locais), resta-nos apenas imaginar um aparato de direção econômica que, num determinado país (com as habituais reservas de que as perspectivas da vitória sôbre o capitalismo num só país que se feche em si mesmo são negativas) seja repartido entre as direções nacionais dos sindicatos de categoria. Para fixar as idéias, imaginemos a organização da produção do pão e produtos similares por parte da "Federação dos Padeiros", e analogamente para todos os setores da produção e da indústria.

Isto é: convém imaginarmos que todos os produtos de um determinado tipo são postos à disposição de grandes organismos, de uma espécie de trustes nacionais, dos quais os patrões capitalistas foram eliminados. Êstes trustes devem decidir sôbre a utilização total do produto (neste caso particular, pão, massas alimentares, etc...) de modo que possam receber dos outros organismos paralelos tudo o que necessitam, tanto elementos para o consumo de seus integrantes como matérias primas, instrumentos de trabalho, etc. Tal economia é uma economia de troca, podendo-se concebê-la de duas maneiras. Na mais elevada (para nos expressar suscintamente), essa troca tem lugar sòmente no vértice de todos êstes setores da produção, os quais distribuem tudo - tanto bens de consumo quanto bens de produção - de cima para baixo, através de sua hierarquia escalonada. O sistema de troca no vértice continua sendo um sistema mercantil, isto é, tem necessidade de uma lei de equivalância entre os valores dos estoques de mercadoria de cada sindicato. É fácil prever-se que o número de sindicatos é muito elevado, e que cada um deles tem necessidade de negociar com quase todos os outros. Nem sequer nos perguntamos quem estabelecerá o sistema das equivalências, e o que é que garantirá a at-

mosfera que caracteriza todas estas construções prevalentemente fantásticas, a autonomia e a "igualdade" entre todos êstes sindicatos de "produtores". Mostremo-nos "liberais" até o ponto de crer possível que as diversas relações de equivalência possam estabelecer-se "pacificamente" a partir de equilíbrios "espontâneos".

Um sistema de medidas tão complexo não poderia funcionar sem o expediente, já adquirido há milênios, do equivalente geral, numa palavra: o dinheiro, medida lógica de todas as trocas.

Resta concluir fàcilmente que esta forma mais elevada de economia de troca recairia por si mesma na forma menos elevada: em tal sociedade o manejo do dinheiro não terá lugar sòmente no vértice e entre os trustes de produção (a palavra sindicato cabe perfeitamente aqui) sendo pelo contrário concedido a todo associado do truste, ou seja a todo trabalhador, que terá a possibilidade de "comprar" o que queira, depois de haver recebido de seu sindicato vertical sua cota de moeda: numa palavra, um salário, como hoje em dia, com a única pretensão (como em Duehring, Lassalle, e outros) de não ser "diminuido" pela cota do lucro patronal.

A ilusão burguesa e liberal de que um sindicato é autônomo quando negocia as condições nas quais cede seu estoque de produtos monopolizados é inseparável da outra ilusão de que todo o produtor remunerado segundo o produto total de seu trabalho - absurdo ridicularizado por Marx - pode fazer dele o que bem entender quando se trata de decidir sôbre o seu consumo. É aqui que êstes fantasistas são pegos pelo pé, e que estas "economias de produtores" se mostram mais afastadas da economia social que Marx denomina socialismo e comunismo do que a própria economia capitalista.

Na economia socialista, o sujeito que delibera, não só em matéria de produção (como e quanto), mas também de consumo, não é mais o indivíduo, mas a sociedade, a espécie. Aqui está o essencial. A autonomia do produtor é uma das muitas frases democráticas vazias, que nada resolvem. O assalariado, o escravo do capital, não é autônomo como produtor, mas o é, hoje, como consumidor, porque dentro de um limite quantitativo (que não é o da fome pura e simples, segundo a lei de bronze do charlatão Lassalle, mas que pelo contrário certamente se amplia bastante no decorrer do desenvolvimento da sociedade burguesa) faz o que quer com o dinheiro que lhe é pago.

Na sociedade burguesa o proletário produz como o capitalista quer (e de um modo mais geral e científico, como querem as leis do modo de produção capitalista, como quer o capital, monstro sobre-humano) e consome, dentro de certos limites, se não quanto queira, pelo menos como quer. Na sociedade socialista o indivíduo não será autônomo em seus atos de produção e nem sequer na eleição de seus atos de con

sumo, sendo ambas as esferas impostas pela sociedade e para a sociedade. Por quem? É a pergunta imbecil. Convém não vacilar na resposta. Na primeira fase pela "ditadura" do proletariado revolucionário, cujo único órgão capaz de sentir com antecipação o jôgo das tôrças do período seguinte é o partido revolucionário; numa segunda fase histórica pela espontaneidade surgida da difusão de uma economia que tenha abolido as autonomias das classes e das pessoas em todos os domínios.

A POLÊMICA É SEMPRE A MESMA

A cada passo nossa discussão parece apresentar fórmulas que surpreendem, e por isto mesmo temos a obrigação de demonstrar contínua e pacientemente que são as fórmulas seculares de nossa poderosa escola.

Por outro lado, nos interessa provar que, da mesma forma que os stalinistas clássicos e os semi-stalinistas de hoje no apogeu, os anti-stalinistas que hoje se levantam como nuvens de gafanhotos não podem suportá-las e que, voltando a entoar com os primeiros a velha canção da correção, do enriquecimento do marxismo à antiga, quebram tôdas as suas lanças contra os violadores das "autonomias", demonstrando assim que atribuem a êstes "estupros" os contínuos insucessos da revolução.

O que têm ido buscar êstes impacientes inventores de novíssimos recursos? Nada mais nada menos (de acôrdo com uma folha do afamado e cada vez mais eclético "Quadrifoglio") que os escritos de Francesco Severino Merlino, o "socialista libertário", que remontam ao decênio de 1880-1890. Um precursor da velhíssima receita que hoje é preparada - com os mais diversos tempêros, difíceis de serem encontrados até no manual de "fôrno e fogão" do enciclopédico Quiron - por uma torrente de pequenos periódicos saídos para cantar debaixo da janela de Palmiro Togliatti estrofes indignadas, sem compreender que para essa receita o pobre Palmiro é um mestre diante do qual êles, os dissidentes, são apenas uns pintinhos. A receita é esta: a salvação está na junção dos valores do socialismo e da liberdade!

A ideologia do velho e confuso Merlino ("salvador"de Marx e da ciência revolucionária) teria triunfado não só nos movimentos de 1905 e 1917 na Rússia (sic!!) como também e sobretudo nos movimentos polaco e húngaro de 1956, aos quais se acrescenta até a "experiência" (!) iugoslava.

As fórmulas de Merlino são tiradas entre outras coisas de um artigo sôbre o "Programa de Erfurt" de 1891. Como se trata de atualizadores, não está tão mal! Elas caem na notória confusão, dissipada por nossa escola no primeiro pós-guerra, entre o idiota "Estado popular livre" da social

-democracia alemã e a potente posição de Marx sôbre a ditadura proletária, não levando em consideração que devido a isso Marx e Engels (desde 1875) estiveram a um passo de renegar os alemães, como mencionaremos mais adiante. Enquanto isto, vejamos o que disse Merlino: "O poder de direção, de gestão, de administração, tem que pertencer na sociedade socialista não a um Estado Popular e Operário mitológico, mas às próprias associações dos trabalhadores, confederadas entre si."

"Quer-se entregar tudo nas mãos de um poder central, ou se consente às associações operárias o direito de organizar-se à sua maneira, tomando posse dos instrumentos de trabalho?" "Não um governo ou administração central, que formaria a mais exorbitante das autocracias, e sim as associações de trabalhadores, devida e livremente confederadas."

Estas fórmulas nos são extremamente úteis, e aproveitamos a ocasião para estabelecer que elas refletem bem o esquema de Togliatti, Kruchew, Tito e consortes, bem como que elas são a antítese exata do que nós propugnamos. Os quadrifoglistas, barbaristas, e outras associações confederadas semelhantes estão do outro lado.

De seus corações sempre sai o mesmo grito: "Centralismo burocrático ou autonomia de classe?" Se a antítese fosse esta, ao contrário da de Marx e Lenin - "Centro ditatorial do Capital ou do Proletariado?" - nós seríamos - e que esbraveje quem quizer - pelo centralismo burocrático, que em certos momentos da história pode ser um mal necessário, bem dominável por um partido que não comercie com os princípios (Marx), e que esteja livre do relaxamento organizativo, das acrobacias táticas e da peste autonomista e federalista. Quanto à autonomia de classe, trata-se de uma idiotice total. A sociedade socialista é aquela na qual as classes estão abolidas. Admitindo-se que sob a dominação de classe a autonomia seja uma forma de reivindicação da classe dominada, numa sociedade sem a classe capitalista a autonomia não pode ser outra coisa senão a luta de uma parte dos trabalhadores contra outras, de federações contra federações, de sindicatos contra sindicatos, de "produtores" contra "produtores". No socialismo, os produtores não serão mais uma parte distinta da sociedade.

Se cada associação possuisse "à sua maneira" os instrumentos de trabalho de seu setor, não teríamos o socialismo, mas sim substituído a luta de classe (cujo coroamento não é a autonomia mas a ditadura) pelo absurdo bellum omnium contra omnes, a guerra de todos contra todos, solução histórica afortunadamente tão infecunda quanto absurda.

A autonomia de classe seria a posição de um movimento de escravos que pedissem: queremos permanecer escravos, mas decidir nós mesmos que prato servir à mesa do patrão, ou qual de nossas filhas meter-lhe na cama! Mil vezes mais

revolucionária foi a posição cristã, que não visava a uma sociedade sem classes, mas que enunciou claramente: nenhuma diferença entre escravo e homem livre.

Êste conceito se encontra palavra por palavra em Marx, e passamos a esta parte da demonstração.

PALAVRAS QUE JAMAIS ESQUECEREMOS

Todo o equívoco das escolas de tipo sindicalista ou obreirista reside nesta substituição da luta de classe pela "autonomia" (gostaríamos de designar todas estas escolas com o nome de "imediatistas", na medida em que, confundindo os momentos, dialèticamente distintos, de organização atual, curso histórico e teoria revolucionária, pretendem encerrar todo o ciclo proletário na inscrição dos operários num registro de fábrica, de profissão ou de qualquer outra pequena ilha, e tudo edificar sôbre êste frio modêlo sem vida). O determinismo marxista destrói a ficção burguesa do indivíduo, da pessoa, do cidadão, revelando que os atributos filosóficos dêste mito nada mais são que a universalização, a eternização das relações das quais se beneficia o membro da classe dominante moderna, o burguês, o capitalista, o possuidor de terra e de dinheiro, o comerciante. O marxismo substitue êste ídolo de barro, depois de derrubá-lo, pela sociedade econômica, e "provisòriamente por uma sociedade nacional".

Todos os imediatistas, isto é aquêles que escalaram apenas um milésimo da encosta que leva aos cumes comunistas, caem nesta confusão: em lugar da sociedade colocam um simples agrupamento de trabalhadores. Escolhem êste agrupamento dentro dos limites de uma das galés de que se compõe a sociedade burguesa de "homens livres": a fábrica, o ofício, o lugarejo territorial e jurisdicional. Todo seu mísero esfôrço consiste em dizer aos que não são livres, aos que não são cidadãos, aos que não são indivíduos (já que esta é a grandeza que - inconsciente - lhes imprime a revolução capitalista): invejai e imitai vossos opressores, tornai-vos autônomos, livres, cidadãos, pessoas. Com uma palavra: os aburguesam.

Não se trata de atribuir a grupos imediatos da atual organização social as funções que o capitalismo hoje tem; trata-se, pelo contrário, de uma nova forma social, da sociedade não capitalista:eis o abismo entre nós e êstes militantes de opereta. Frente aos resultados dêste abôrto (os atuais Estados "socialistas") grita-se que se criou uma nova autocracia, um centro burocrático, uma elite opressora, e que para evitar isto deve-se romper esta potente unidade que é a sociedade, não indivíduo, em outros tantos fragmentos "autônomos", livres para imitar os

infames modêlos burgueses, que entre outras coisas sempre foram trogloditas.

Dizei-o, mas fazei ao menos como Merlino. Colocai Karl Marx, e é claro também Lenin (se bem que Merlino não o tenha conhecido), entre os autocratas, os opressores, os corruptores do proletariado.

Antonio Labriola deu razão a Merlino, quando êste se rebelou contra a idéia de Lassalle (um príncipe dos imediatistas) de "preparar os caminhos da solução da questão social estabelecendo sociedades de produção com a ajuda do Estado, sob o contrôle democrático do povo trabalhador". Esta passagem imunda entrou com efeito no Programa de Gotha ... (1875) mas não figura no de Erfurt de 1891, que provocou duras intervenções de Engels.

Mas quem, se não Marx, e Engels com êle, em textos que foram escondidos durante quinze anos, deu, na "Crítica do Programa de Gotha", a construção dialética mais clássica da sociedade futura, fazendo em pedaços aquela formulação infame, e isto em têrmos que deixam triturados todo o particularismo e federalismo, todo conceito disforme de "esferas autônomas da produção econômica", além do imediatismo (hoje em dia ultra-extendido) que faz a classe operária lamber os pés do Estado burguês? Os textos, sôbre os quais Lenin trabalhou magistralmente, o provam todavia.

Atualmente, quando nos asfixiamos entre as bestiais "questões de estrutura", "problemas a solucionar", "caminhos a preparar", respiramos um bocado de oxigênio nestas páginas que amareleceram nas gavetas de Bebel:

> "Substitui-se a luta de classe existente por uma fórmula vazia de folhetinista: "a questão social", para cuja solução "se preparam as vias". Em lugar de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, a "organização socialista do conjunto do trabalho" (Marx já pulverizara a outra frase idiota, ainda em circulação, sôbre a "emancipação do trabalho", enquanto que êle falou sempre de emancipação da classe trabalhadora) resulta da ajuda do Estado!"

Marx ridiculariza depois a fórmula do "contrôle democrático pelo povo trabalhador":

> "um povo trabalhador que apela desta maneira ao Estado, manifesta sua plena consciência de não estar no poder, nem maduro para o poder!"

Mas a frase que mostra neste texto qual é para nós, marxistas genuínos, a forma da sociedade de amanhã, é a seguinte:

> "Dizer que os trabalhadores querem estabelecer as

condições da produção coletiva NA ESCALA DA SOCIEDADE e, inicialmente, nos limites internos, nacionais, só pode significar que êles trabalham para derrubar as atuais condições de produção; e isto nada tem a ver com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado".

NA ESCALA DA SOCIEDADE

Como tantas outras, esta passagem basta para provar que quem desce da "escala da sociedade" (que durante um certo momento histórico, antes da conquista do poder, é indicada como escala nacional) aos níveis federal-sindicais (comunais, de emprêsa, ou outros ainda piores) cai no imediatismo, trai o marxismo, carece de tôda concepção de sociedade comunista - o que quer dizer: está fora da luta revolucionária.

Quanto à outra antítese gigantesca entre "transformação revolucionária da sociedade" e "organização socialista do trabalho", pode ser remetida tal e qual aos construtores do socialismo de Moscou, para jogar-lhes na cara que a passagem ao socialismo não se reduz a uma emprêsa de construção, palavra esta que a Marx - e se vê aqui como Marx pesa as palavras (e como Lenin as repesa) - jamais ocorreu adotar; palavra claramente burguesa, vulgarmente voluntarista.

Não nos referiremos aqui à famosa crítica demolidora do Estado popular livre, cuja incomparável potência Lenin retomou, para fazer seu eco ressoar frente a milhões de homens, e já não mais do gabinete de trabalho, mas dos céus chamejantes de uma revolução, da maior revolução! Quão miseráveis são aquêles que mais uma vez esqueceram!

Quanto mais livre é o Estado, mais tritura o proletariado em defesa do capital: nós não queremos libertá-lo, e sim acorrentá-lo, para depois degolá-lo. E com isto o anti-estatismo dos Bakunin e dos Merlino é colocado em seu devido lugar: entre as paródias carnavalescas. Em lugar do Estado burguês - profundidade da dialética! - será instaurado o novo Estado (Engels), que não nos serve para a liberdade, mas para a repressão, e que deverá entretanto surgir para depois poder, com a abolição das classes, morrer para sempre.

O Estado popular livre pode retirar-se, e acompanhado da autonomia de classe! Não são senão formas da impotência imediatista, da imanência do pensamento burguês.

Retornando ao conceito fundamental de "sociedade" unitária que substitui a antítese entre capitalistas e proletários - também entre produtores e consumidores - vale a

pena seguí-lo através dos diversos programas do partido alemão, tão vivamente criticados aliás por Marx e Engels. O dos lassalleanos (Leipzig, 1863) contém a fórmula que Marx teve que massacrar: eliminação dos antagonismos de classe; enquanto que, dirá Marx, são as classes que terão que ser eliminadas, sendo seus antagonismos o meio para isto.

O programa dos "marxistas" (Eisenach, 1869), que Marx mostrou ter sido redigido sem levar-se em conta as conquistas teóricas, exige o fim do domínio de classe e do salariado, falando entretanto de "produto integral do trabalho" dado a cada trabalhador, e da organização do trabalho sôbre uma base cooperativa (mas sem ajuda estatal).

O programa de Gotha (1875), fusão deplorável entre eisenacheanos e lassalleanos, e que foi adotado na forma condenada por Marx, diz todavia que os instrumentos de trabalho serão "patrimônio comum de tôda a sociedade". Marx havia deixado a frase, mas não queria que se dissesse elevados a, e sim transformados em patrimônio comum. Nós vemos aí uma retificação anti-ativista.

O programa de Erfurt, para o qual foram aceitas em grande parte as sugestões de Engels, depois da publicação das críticas ao de Gotha, expressa-se claramente sôbre êste ponto:

> "Transformação da propriedade capitalista em propriedade social, e transformação da produção de mercadorias em produção socialista, em produção efetuada pela sociedade e para a sociedade."

A conclusão é que, do ponto de vista doutrinal, a imaginária "sociedade administrada pelos sindicatos operários de produção" não só não é uma previsão histórica da ciência proletária, e que jamais se realizará (a menos que haja uma bancarrota total da ciência proletária, carregando consigo Marx, Engels, Lenin, e todos nós que estamos no mesmo barco), como também não tem nada em comum com a forma socialista e comunista, nem sequer como fase de transição.

Em tal esquema ideológico a produção e distribuição não são realizadas na escala da sociedade, e nem sequer na escala "nacional", posto que os instrumentos de trabalho e os produtos do trabalho são colocados à disposição dos sindicatos "livremente confederados", ou "federalmente" livres para atuar a seu gôsto. Caso êstes setores lograssem encerrar-se em esferas autônomas, lutariam entre si, primeiro através da concorrência, e depois fìsicamente, sobretudo na "ausência" de qualquer tipo de Estado.

Neste esquema fictício, não só a produção não é efetuada pela sociedade e para a sociedade - e sim pelos sindicatos e para os sindicatos - mas continua também sen-

do uma produção de mercadorias, e portanto não-socialista, já que todo o bem de consumo passa como mercadoria de um sindicato a outro e, como isto não pode realizar-se sem uma moeda equivalente, em última análise passa como tal a todo produtor individual. O sistema salariado sobrevive, como sucede sempre que se reivindica a utopia do fruto integral do trabalho, sobrevivendo também as possibilidades da acumulação do capital nas mãos dos sindicatos autônomos, e em seguida nas dos indivíduos. Tudo o que nesta crítica aparece deduzido pelo absurdo, deve-se exclusivamente ao conteúdo pequeno-burguês de tôdas estas utopias.

Concluiremos esta parte doutrinal com outra passagem da "Crítica ao Programa de Gotha", que permite golpear ao mesmo tempo os "imediatistas" por um lado e os "capitalistas de Estado" por outro, recordando a ambos que nosso indispensável Estado ditatorial do proletariado não tem a tarefa de liberar, e sim de reprimir o capital, na pessoa de seus defensores tanto burgueses como pequeno-burgueses ou ainda na dos operários escravos da tradição burguesa ou pequeno-burguesa. Trata-se de uma frase que Marx escreveu para ridicularizar a proposta "minimalista" do impôsto progressivo sôbre a renda, atualmente vigente na Rússia. Uma dessas que deveriam vos cortar o alento, senhores!

> "O impôsto sôbre a renda supõe fontes de renda diferentes, de classes sociais diferentes, SUPÕE POR CONSEGUINTE A SOCIEDADE CAPITALISTA."

A EXPERIÊNCIA RUSSA E LENIN

Entre os Congressos Comunistas Internacionais de 1920 e 1921, desenvolveu-se no Partido Comunista russo (para ser precisos no X Congresso de 3 a 16 de março de 1921) um debate com a "oposição operária", do qual nos ocupamos amplamente no estudo sôbre a revolução russa. Deve-se notar que a oposição dirigida pela Esquerda Italiana em 1920/1921 (e sôbre isto retornaremos numa futura publicação documentada (4) não estava na mesma linha desta "oposição operária", a qual Lenin qualificou àsperamente de desvio sindicalista e anarquista no seio do partido russo.

Foi uma das mil falsificações do "Breve Curso da História do PCR" stalinista, ter misturado até Trotski com êstes "obreiristas", sob o pretexto de uma polêmica a respeito das tarefas dos sindicatos. Nessa época, Trotski estava totalmente na trilha de Lenin, e sua proposta de subordinação absoluta dos sindicatos de categoria ao Partido e ao Estado político revolucionário (que em 1921 não estava "degenerado" nem para êle nem para nós) era marxista.

(4) Ver em particular nossa publicação em francês "La question parlementaire dans l'Internationale Comuniste".

A posição da "oposição operária" consistiu justamente na concepção imediatista da economia socialista e na tese, tão ingênua como falsa: o socialismo pode ser instaurado em qualquer condição e momento se se deixam os operários agir, se se os deixam administrar sós a vida econômica. Lenin a descreve assim: "a tarefa de organizar a produção da economia nacional corresponderia ao Congresso dos Produtores de tôda a Rússia, os quais, reunidos em Sindicatos de Produção, elegem um órgão central que dirige tôda a economia nacional da república".

Demos mais algum tempo a Nikita Kruchew com seus sovnarcoses, e veremos que se apropriará desta velha proposta, com a agravante de que não se tratará de sindicatos nacionais de produtores, mas sòmente de sindicatos regionais. Em lugar de considerar a conquista do contrôle nacional como um simples trampolim para o contrôle internacional, de acôrdo com os fundamentos da doutrina marxista, tôda essa gente desce o quanto pode aos marcos locais e regionais, prosseguindo sua marcha imbecil até as autonomias, que nunca terão outra saída a não ser a iniciativa autônoma e a emprêsa de natureza capitalista.

Não nos interessa tornar a expor aqui todo o processo russo a propósito da gestão econômica, que desenvolvemos em extensos estudos conhecidos pelos leitores; advertimos sòmente que nos encontramos no congresso em que Lenin desenvolveu o clássico Discurso sôbre o impôsto em espécie, demonstrando que não estava na ordem do dia a passagem ao socialismo, e sim ao capitalismo de Estado e ainda, para quem sabe tratar êstes pontos como marxistas, da micro-produção ao capitalismo privado. Posição de gigantesca potência, que põe tudo em seu lugar, enquanto que o infame oportunismo posterior tornou a deslocar tudo.

Só nos importa demonstrar como a argumentação de Lenin contra a proposição de uma economia administrada pelos produtores é exatamente a mesma de Marx e de Engels, que hoje nos ajuda contra as recentes deformações sindicalistas e anarquistas que afloram até entre os grupos que não acreditaram em Stalin, Togliatti ou Thorez, e que hoje pareceriam não crer em Kruchew (mas sim nesta beleza de Tito, que no fim das contas veio a ser seu precursor!).

Os sindicatos de produção têm o mesmo fim entre as garras de Lenin que as cooperativas de Lassalle entre as de Marx.

Repetimos uma parte das passagens que já citamos na ocasião mencionada anteriormente (ver "Il Programa Comunista" nº 21 de 1956, em particular os § 69, 70 e 71 da "Struttura Russa"):

> "Idéias completamente falsas do ponto de vista teórico... ruptura completa com o marxismo e o comunis-

mo... contradição com a experiência prática das revoluções semi-proletárias (para meditar!) e da revolução proletária atual."

"Em primeiro lugar, o conceito de produtores compreende o proletariado, o semi-proletariado e o pequeno produtor de mercadorias: desta forma, se distancia radicalmente do conceito fundamental da luta de classe e da exigência fundamental de distinguir claramente as classes." (Meditar seis vezes, e pensar nas blasfêmias de Stalin, nas do XX Congresso, e ainda nas dos entusiastas dos últimos movimentos polacos e húngaros).

"Contar com as massas sem partido ou cortejá-las (quadrifoglistas, barbaristas ávidos de demagogia, que não tendes sequer a quem fazer demagogia, de pé!) constitue um desvio não menos radical do marxismo." (Fala êste Lenin a quem, fazendo o jôgo dos piores stalinistas, vós fizestes descobrir o recurso infalível de "submergir-se nas massas"!)

"O MARXISMO ensina, (e aqui Lenin cita as confirmações dos congressos mundiais) que sòmente o partido político da classe operária, isto é o partido comunista, é capaz de agrupar, de educar, de organizar a vanguarda do proletariado e de tôdas as massas trabalhadoras, é o único capaz de resistir às inevitáveis oscilações pequeno-burguesas destas massas, às inevitáveis tradições e retornos da estreiteza de categoria e dos preconceitos profissionais que se encontram no proletariado."

Nesta passagem que põe em evidência a inferioridade de tôdas as organizações imediatistas frente ao partido político e o grave risco que elas correm nos contatos históricos inevitáveis com as classes semi-proletárias e pequeno-burguesas, Lenin conclue mais uma vez que:

"sem a direção política do partido, a ditadura do proletariado é irrealizável."

Neste mesmo texto, Lenin desmente que o Programa de 1919 do partido russo haja atribuído funções de gestão econômica aos sindicatos. Com efeito, algumas frases do programa falavam de gestão de tôda a economia nacional, mas "como um único complexo econômico", e de "vínculo indissolúvel entre a administração estatal central, a economia nacional e as massas trabalhadoras" como uma meta a alcançar, com a condição de que os sindicatos "se libertem cada vez mais da estreiteza corporativa, recrutando a maioria e pouco a pouco a totalidade dos trabalhadores".

SINDICATOS E CAPITALISMO DE ESTADO

A questão dos sindicatos e da gestão econômica central estatal voltará ao primeiro plano na Rússia, e também

em todo o mundo, porque constitui um recurso cômodo modernamente utilizado pelo capitalismo de todos os países, tendo à frente, há tempos, os Estados Unidos.

O critério "leninista" nesta questão é o de que os sindicatos seguem com atraso e trabalhosamente as etapas já percorridas pelo partido político revolucionário, e se este os abandona a si mesmos, recaem em debilidades pequeno-burguesas e na colaboração com a economia burguesa.

Numa etapa social como a da Rússia de 1919 e 1921, em que se estava no ponto mais baixo da curva de industrialização e nos primeiros passos de uma gestão defeituosa da indústria recém-arrancada aos capitalistas privados, era óbvio que o partido comunista poderia encontrar um forte apoio nos sindicatos dos operários industriais, desde que esses não fossem autônomos mas solidamente influenciados pelo partido e, como Trotski sustentou justamente em 1926, considerados como partes e órgãos do Estado centralizado.

A questão fica bem clara se tivermos presente que em toda esta etapa estamos diante de uma estatização da indústria, mas não de uma indústria e de uma economia socialistas. O estado administra a indústria, expropriada sem indenização às pessoas privadas e aos trustes, dentro de um sistema econômico empresarial e mercantil; mesmo que este Estado, como base de classe e como política mundial, seja socialista, o sistema de sociedade industrial se chama sempre capitalismo de Estado, e não socialismo. Para declarar capitalista a forma econômica, não é necessário que haja sucedido o que sucedeu nos decênios seguintes: o Estado perde o conteúdo político socialista e o conteúdo de classe proletário porque não se dedica no mundo a suscitar a revolução nos Estados burgueses; porque estabelece com estes alianças de guerra; porque no seio dos Estados burgueses contrai até mesmo alianças de poder com partidos burgueses e democráticos; porque no interior da Rússia subordina os interesses efetivos dos proletários da cidade e do campo aos das classes pequeno-burguesas e camponesas.

Podemos assim perguntar-nos qual é o lugar do sindicato na fase do capitalismo de Estado. Se o Estado está dirigido por um partido que não realiza - e que, pelo contrário, nega - a política da revolução proletária mundial, o sistema de empresas, mercantil, monetário e assalariado de pagamento da força de trabalho justifica a existência dos sindicatos como órgãos de defesa das condições de trabalho, cujo oponente não é outro senão o Estado-patrão, o Estado-empregador de trabalho. Ainda em tal situação a fórmula eficaz não é a repartição entre os sindicatos da gestão administrativa central, mas sim a de direção dos sindicatos por um partido político proletário capaz de tornar a levantar a questão da conquista do poder central. Onde este partido não existir ou, como na Rússia, existir sua carcaça reduzida a um instrumento do Estado capitalista, recaiu-se na escra-

vidão assalariada, da qual històricamente não se sairá jamais pelos esfôrços dos grupos operários autônomos tendentes a aferrar-se ao contrôle de setores isolados da produção, nem com a fórmula louca de recomeçar a fazer uma revolução liberal; tão certo é, que na Rússia é justamente o Estado de Kruchew que está fazendo esta manobra vazia. Se êstes setores se separassem, e se tal desagregação se produzisse, êles cairiam sob o jugo das fôrças do capital privado e, seja como fôr, nas garras do capital internacional.

Pelo contrário, na fase realmente progressista do capitalismo de Estado, na qual o poder político central trabalha històricamente para extender a revolução internacional, os sindicatos, se não querem converter-se em órgãos derrotistas que teriam que ser reprimidos, devem aprender do partido de classe, do autêntico partido dos trabalhadores assalariados do mundo inteiro, a obter da valorosa e generosa classe dos operários de fábrica - que já deu na história provas de sê-lo com uma nobreza luminosa - que dê trabalho, sôbre-trabalho e mais valia para a revolução, para a guerra civil, para os exércitos vermelhos de todos os países, para as munições do conflito mundial de classe por sôbre tôdas as fronteiras. Ainda neste caso histórico, a reivindicação de todo o fruto do trabalho ao assalariado, além de anti-econômica e anti-social, seria derrotista frente à tremenda tarefa que a história impôs à classe proletária e a ela só: provocar o parto violento da nova sociedade. Tarefa esta que, abraçando séculos e séculos de história atormentada, é o contrário das superstições da escola dos obreiristas, com sua mentalidade de auxiliares de contador e de quitandeiros, da escola dos "imediatistas", segundo a qual cada geração quer apropriar-se de imediato do produto do negócio que fêz, confederando-se autônomamente.

A FORMA DE ORGANIZAÇÃO POR EMPRÊSAS

Todos os defeitos que mostramos ao examinar a possibilidade de uma gestão sindical da sociedade pós-capitalista aparecem muito mais agravados quando se trata da forma dos "conselhos de fábrica" e da sociedade sucessiva ao capitalismo, tal como é concebida por esta facção dos "imediatistas".

A corrente da Esquerda Italiana o advertiu quando apareceram as primeiras manifestações de fé neste mito renovado, na época dos congressos de Turim dos Comissários de Seção da Fiat, da grande Fiat, e da revista de Gramsci, o Ordine Nuovo, que advertimos e saudamos ao mesmo tempo, pôsto que vinha alinhar-se ferrenhamente contra o oportunismo menchevique dos sindicatos italianos tradicionais e contra a inconsistência do Partido Socialista, que em 1919 fazia alarde de filo-bolchevismo.

Gramsci, no começo de sua evolução ideológica de filósofo idealista e de intervencionista de guerra em direção ao marxismo restaurado por Lenin (evolução jamais dissimulada dada a particular clareza do homem), deu a seu jornal um título leal. Não falou da classe nova no domínio político, nem do novo Estado de classe, e só muito lentamente aceitou as diretivas marxistas sôbre a ditadura do partido, bem como - superando a economia de fábrica - a visão radical de tôdas as relações existentes no mundo humano e natural que é própria do sistema marxista. Admitiu-o inclusive abertamente no Congresso de Lyon, em 1926: "Sempre preferimos os que aprendem capítulos do marxismo aos que esquecem-nos". Em 1919, Antonio Gramsci mal havia superado uma concepção da revolução de Outubro segundo a qual esta seria uma vitória contra o determinismo, um milagre da vontade humana violando condições econômicas adversas. Foi quando viu Lenin, o "fazedor de milagres", defender o mais rígido determinismo marxista, e isto não podia deixar de exercer um efeito: mestre e discípulo eram fora de série.

De qualquer forma, fêz bem em chamar Ordine Nuovo ao sistema de Conselhos, construção ideal quase literária e diríamos melhor artística, da qual seu ágil espírito se havia enamorado, dado que neste sistema o proletariado se erigia, sôbre uma base imediata, numa nova Ordem, como as anteriores à revolução liberal, como os três estados da sociedade francesa do séc. XVIII. Todos os "imediatistas" - que passamos em revista - substituiram a reivindicação da classe ditatorial que suprime as classes, não aspirando sequer a ser a Única Classe, pela aspiração humilde de ser elevada a quarto-estado. O imediatista tem sempre necessidade de delinear o novo a partir de uma fotografia passiva do velho. Gramsci chamou seu imediatismo de concretismo, tendo roubado a palavra de atitudes de intelectuais burgueses inimigos da revolução. Não se deu conta - ou nós não pudemos adverti-lo suficientemente - de que todo concretismo é contra-revolucionário.

Mas se a humanidade só tivesse podido recorrer aos imediatistas, não saberia que a terra é redonda e gira, que o ar e os corpos celestes pesam, que existem os átomos de Epicuro, as partículas infra-atômicas dos modernos, a relatividade de Galileu e a de Einstein... e não teria previsto nenhuma revolução do passado e do futuro.

Gramsci não sabia, não porque não tivesse lido (tinha a desgraça de ser dos que lêem tudo), que desde 1847, com a Miséria Antiproudhoniana de Karl Marx, tínhamos superado as Ordens.

"Pode-se supor que depois da desaparição da antiga sociedade haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? NÃO. (Bastaria ler êste único monossílabo, o batalhões de contraditores!).

E por que não?

"A condição da emancipação da classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, da mesma forma que a condição da emancipação do Terceiro Estado, da Ordem burguesa, foi a abolição de todos os Estados, de todas as Ordens".

Muitas gerações passaram; três Internacionais nasceram e morreram. Vimos dezenas e dezenas daqueles que queriam escalar mais alto que Marx, e depois que Lenin, começar sua ascenção. Poucos, muito poucos, alcançaram sequer a altura do Burguês Incorruptível, de Maximilien Robespierre, que repousa, há cento e sessenta anos, sôbre a pedra sepulcral de tôdas as Ordens Novas.

MARXISMO E ECONOMIA DE CONSELHOS

Bastar-nos-á encontrar nos textos a impossibilidade de conciliação entre marxismo e "gramscismo", cuja antítese não nos interessa pela história das polêmicas de Gramsci, mas porque hoje em dia alguns grupos de anti-stalinistas desorientados e de esquálidos epígonos gostariam de retornar a suas palavras de ordem.

A emprêsa local autônoma é a menor das unidades sociais imagináveis tendo ao mesmo tempo a limitação da categoria profissional e da circunscrição local. Ainda que se elimine em seu interior o privilégio e a exploração, distribuindo o inacessível valor total do trabalho, às portas de seus estreitos limites está presente o polvo do mercado e da troca e, na pior forma, a peste da anarquia econômica capitalista que tudo traga. Neste sistema dos Conselhos, do qual estão ausentes o Partido e o Estado, quem, antes que a eliminação das classes seja um fato, quem regulará as funções que não são estritamente de técnica produtiva e, para limitar-nos a um só ponto, quem abastecerá os que não formam parte de uma emprêsa, os sem-trabalho? Será muito mais possível que a acumulação recomece - supondo que alguma vez tenha sido detida - como acumulação de dinheiro e de estoques formidáveis de matérias primas e de produtos elaborados, do que no caso de um sistema alveolar de comunas ou de sindicatos. Neste sistema hipotético existem no mais alto grau as condições para transformar uma poupança lenta e astuta em capital dominador.

O monstro é a emprêsa, não o fato de que ela tenha um patrão. Como estabelecereis as relações econômicas entre emprêsa e emprêsa (sobretudo quando existirão as grandes que sufocarão as pequenas), entre as que terão açambarcado dispositivos de baixa produtividade e as de enorme produtividade, entre as providas de instrumentos produtivos "convencionais" e as que empregarão energia atômica? Êste sistema, que parte como os outros do fetichismo da igualdade e

da justiça entre indivíduos, e de um horror ridículo ao privilégio, à exploração e à opressão, seria um viveiro de privilégios, de exploração e de opressão, ainda pior (se fôsse possível) que a sociedade burguesa atual.

Não quereis crer que as palavras privilégio e exploração estão fora de nosso dicionário marxista?

Retomemos a Crítica ao Programa de Gotha. A passagem que enfurece Marx e que contém as idiotices lassalleanas sôbre o "Estado livre" e a "lei de bronze do salário" termina com o que Marx chama - e Engels também em outro lugar - vaga fórmula redundante que termina o parágrafo: "o Partido se esforça por abolir a exploração em tôdas as suas formas e por eliminar tôda a desigualdade social e política" (quem não tiver pecado alguma vez, atire a primeira pedra!)

É necessário dizer, escrevem Marx e Engels: "com a supressão das diferenças de classe, desaparece por si mesma qualquer desigualdade social e política que resulte destas diferenças".

Ainda deixando de lado a ampla nota da Crítica ao Programa de Gotha sôbre a repartição equitativa, que a reduz à insinuação dos economistas burgueses de que os socialistas não só não suprimem a miséria mas até mesmo a generalizam a todos os homens, esta forma científica de falar basta para tratar como merecem séries inteiras de revistas que escrevem sôbre o conteúdo do socialismo como filosofia da exploração, nos anos da graça de ... 1956/57!

Neste parágrafo, Marx trata também da questão da estreita visão de Lassalle - que significativamente faz remontar a Malthus, posto novamente em moda hoje em dia pelas anti-marxistas escolas americanas da "afluência" - para quem o socialismo se levantaria em pé de guerra porque o salário operário está bloqueado num limite demasiadamente baixo, quando na realidade se trata de abolir o salariado, porque é "um sistema de escravidão tanto mais dura quanto mais se desenvolvem as fôrças sociais de produtividade do trabalho, seja alto ou baixo o salário que o operário receba."

Marx desenvolve aqui a comparação com a escravidão que nós intentamos mais acima a propósito da estúpida reivindicação da autonomia dos assalariados:

"É como se numa rebelião de escravos que houvessem realmente penetrado no segredo da escravidão, um escravo atolado nas concepções antiquadas se permitisse escrever no programa da insurreição (um escravo anti-marxista, e ùnicamente imediatista, ordinovista, dizemos nós): a escravidão deve ser abolida, porque no sistema da escravidão não se chega a dar ao escravo um trato que supere um certo nível de vida, que é demasiadamente baixo."

Senhores da"afluência": ainda admitindo que o capita

lismo possa aumentar sem limites o bem-estar médio, nós confirmamos nossa previsão histórica: a morte do capitalismo!

Mas, o nível de vida da grande Fiat pareceu a Gramsciuma ordem nobre, comparado com o viver abandonado do pastor sardo (5) embrutecido, mais vil que o Quarto-estado.

No plano quinquenal com que presenteamos a grande Fiat, calcados no modêlo soviético, havíamos previsto para o "faturamento" de 1956 a progressão de 15,7% sôbre 1955, quando êste se elevava a 310.000 milhões. Deveríamos ter assim 358.000 milhões. Apesar de só terem sido anunciados 340.000 milhões, o capital nominal foi elevado de 76.000 para 100.000 milhões, ou seja de 32% em dois anos (6).

Já estará a nova ordem de Turim e de Moscou começando a apresentar curvas menos brilhantes?

CONCLUSÃO

Apesar de haver folheado as páginas das "Glosas marginais" ao Programa de Gotha, em tôda a nossa confrontação entre a "visão" que os imediatistas (os que desconfiam da forma Estado e da forma Partido, que, como Marx e Lenin, consideramos primordiais na Revolução) têm da sociedade futura com a visão socialista e marxista, não nos detivemos na fundamental distinção entre a fase inferior e a fase superior da sociedade socialista, que Lenin fêz famosa a partir do resumo clássico de Marx.

Tôda a superioridade de uma forma econômica na qual produção e distribuição são feitas pela sociedade e para a sociedade, na escala da sociedade (e não pelos "setores autônomos" que coincidem com os atuais "campos de concentração" capitalistas que são os ofícios, as emprêsas, as jurisdições, inclusive as nacionais, dos quais um dia faremos saltar tôdas as fronteiras) já é evidente na menos avançada das fases teorizadas por Marx.

Na fase inferior não se suprimem ainda tôdas as diferenças de classe, não se pode falar de abolir o Estado, ainda vivem as tradições patológicas das civilizações das Ordens (inclusive da terceira e última), a cidade e o campo estão separados ainda, não está abolida a divisão social das funções, a separação entre trabalho manual e intelectual, entre ciência e trabalho.

(5) Gramsci era originário da Sardenha.
(6) Ver: "Il Dialogato coi morti (il XX Congresso del PC russo)", do qual existe uma versão francesa, "Dialogue avec les morts".

Mas, no campo econômico, os setores limitados já foram fundidos num todo social, numa liga irredutível; as pequenas comunas, as federações sindicais e a organização por emprêsas já foram derrotadas: a elas não se concede nem mesmo uma existência transitória.

Já a partir do momento em que estivermos diante de "uma sociedade comunista que apenas brota do seio de uma sociedade capitalista", não existirá mais lugar para um mercado ao qual acorram os "setores" isolados, cercados de arame farpado.

"No seio de um regime social comunitário, fundado sôbre a propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam mais seus produtos, e o trabalho incorporado nestes produtos não aparece mais como valor dêstes produtos (sublinhado por Marx), como uma qualidade real por êles possuída, porque daí em diante, ao contrário do que sucede na sociedade capitalista, não é mais por meio de um círculo vicioso (como sucederia no sistema das comunas, dos sindicatos e dos conselhos) e sim diretamente que os trabalhos dos indivíduos se tornam parte integrante do trabalho da comunidade."

Na parte final do estudo sôbre a estrutura russa demonstramos como já a primeira fase, a fase inferior, supera o funcionamento mercantil. Nem a si nem à sua família o indivíduo nada pode proporcionar ou vincular mediante dinheiro. Um bônus não acumulável, de validez limitada, dá-lhe direito apenas ao consumo correspondente ao tempo de trabalho social por êle prestado, consumo êste que é também socialmente determinado e calculado. Nossa concepção da ditadura sôbre o consumo (antes e depois da racionalidade social e da espécie) implica em que sôbre o bônus não estejam inscritos tantos escudos ou cruzeiros (que poderiam converter-se totalmente em álcool e tabaco, por exemplo, e nenhum em leite e pão), mas sim gêneros determinados, como nos famigerados "talões de racionamento".

Só sobreviverá um direito burguês, por que estas medidas de consumo estarão ligadas à mensuração do trabalho dado à sociedade, uma vez feitas tôdas as bem conhecidas deduções de interêsse geral, e também porque o cálculo dependerá não apenas da utilidade e das necessidades, mas também das disponibilidades.

Não existirá mais nenhum vínculo mercantil nem lei do valor para confrontar dois produtos da massa da produção social, como sucederia se êstes produtos proviessem de comunas, sindicatos ou emprêsas "autônomas", com sua contabilidade por partidas duplas sobrevivente. Só existirá um último vínculo entre a quantidade de trabalho e o consumo individual cotidiano.

Um grande disparate apanhado no ar nos dá ocasião de

esclarecer êste conceito. Há quem sustente o seguinte (e como não reconhecer nele uma flôr de imediatista?): "Na economia socialista o mercado continua existindo, entretanto pode se observar que estará limitado aos produtos. O trabalho não será mais uma **mercadoria**".

A única utilidade dêste tipo de gente é que basta inverter integralmente o que dizem, para se obterem afirmações justas. A verdade é a seguinte: "na economia socialista não haverá mais mercado" e, de forma ainda mais precisa: "a economia só é socialista quando não existe mais mercado". Numa primeira fase "apenas uma unidade econômica será medida como mercadoria: o trabalho humano". Na fase superior, o trabalho humano nada mais será que uma forma de viver, tôda a alegria da vida. Marx disse melhor do que ninguém: o trabalho será a primeira das necessidades vitais.

Para libertar o trabalho do homem de sua condição de mercadoria, é necessário destruir todo o sistema do mercado! Não foi esta a primeira palavra de Marx a Proudhon?

Acompanhando o disparate acima, quis-se introduzir outra tese muito difundida (posição que em um próximo estudo teremos de destruir). É necessário, diz ela, que aumentem muito as fôrças produtivas para que se possa abolir o mercado. Isto é absolutamente falso. Para o marxismo, estas fôrças já se desenvolveram em demasia. Marx coloca o aumento das fôrças produtivas como base da fase superior, ou seja do consumo sem limites sociais (limites que se devem a uma produção insuficiente), mas não como condição para o fim do mercantilismo geral, da anarquia capitalista.

O mesmo programa de 1891 disse, com palavras certamente do grande Engels: "as fôrças produtivas já se tornaram demasiado grandes para que a forma da propriedade privada possa ser conciliada com seu emprêgo sensato".

Já é mais do que tempo de submeter as monstruosas fôrças produtivas capitalistas à ditadura da produção e do consumo. E isto é apenas uma questão de fôrça revolucionária para a classe que, mesmo que o bem-estar cresça (e Marx, como provamos acima, jamais previu o contrário), está sob o pêso contínuo da incerteza de existência, incerteza esta que por outro lado abarca a sociedade inteira, e que em alguns decênios tomará a forma alternativa de crise mundial e guerra - ou revolução comunista internacional.

A questão da fôrça é, em seu primeiro aspecto, a questão da reconstrução da teoria revolucionária. Em seguida, do Partido Comunista sem fronteiras.

....

I N D I C E

APRESENTAÇÃO pág. I

OS FUNDAMENTOS DO COMUNISMO REVOLUCIONARIO MARXISTA NA DOUTRINA E NA HISTÓRIA DA LUTA PROLETÁRIA INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

Plano da exposição - Resenha dos adversários pág. 1

PRIMEIRA PARTE
PARTIDO E ESTADO DE CLASSE COMO FORMAS ESSENCIAIS DA REVOLUÇÃO COMUNISTA

A grande questão do poder - Um êrro desmacarado há um século - Ressureição e tenacidade do proudhonismo pág. 5

SEGUNDA PARTE
AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS DO PROLETARIADO ESCRAVO COMO PÁLIDOS SUBSTITUTIVOS DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

História de sistemas impotentes - A superstição da "comuna" local - Mito do sindicalismo revolucionário - Os sorelianos e o marxismo - A prova da guerra mundial - A organização de fábrica - História da forma do "socialismo de emprêsa" - Um retôrno a fórmulas sem conteúdo pág. 12

TERCEIRA PARTE
DEFORMAÇÃO PEQUENO-BURGUESA DAS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COMUNISTA NAS CONCEPÇÕES "SINDICALISTAS" E "SOCIALISTAS DE EMPRÊSA"

O partido é insubstituível - A forma comunal - A forma sindical - Vigor das formas inter-sindicais - A função econômica - A polêmica é sempre a mesma - Palavras que jamais esqueceremos - A escala da sociedade - A experiência russa e Lenin - Sindicatos e capitalismo de Estado - A forma de organização por emprêsas - Marxismo e economia de Conselhos pág. 31

CONCLUSÃO pág. 53

::::::::::::::::::

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

* Programme Communiste revista teórica trimestral	assinatura anual	24,00 F
* Il Programma Comunista jornal quinzenal	assinatura anual	30,00 F
* Le Prolétaire jornal quinzenal	assinatura anual	20,00 F
* El Programa Comunista revista bimestral	assinatura anual	8,00 F

EM PORTUGUÊS

* Série: "Os textos do partido comunista internacional":	
1. Teses características do partido : bases de adesão	3,00 F
2. Lições das contra-revoluções	3,00 F
3. Os fundamentos do comunismo revolucionário	5,00 F

EM ESPANHOL

* Qué es el partido comunista internacional - Qué fue el frente popular - Espanha 1936	esgotado
* Série: "Los textos del partido comunista internacional":	
1. Los fundamentos del comunismo revolucionario	4,00 F
2. Fuerza, violencia, dictadura en la lucha de clase	4,00 F
3. Partido y clase	8,00 F

EM FRANCÊS

* La question parlementaire dans l'Internationale Communiste	4,00 F
* Octobre 1917 et la révolution socialiste, numéro spécial du "Prolétaire"	0,50 F
* En marge du Cinquantenaire d'Octobre 1917: "Bilan d'une révolution"	esgotado
* Mouvements revendicatifs et socialisme	1,50 F
* Revista "Programme Communiste"	
nºs 1 a 42	esgotado
nºs 45 a 47, 50, 56	4,00 F
nºs duplos: 43/44, 48/49, 51/52, 53/54, 55, 58	7,00 F
nºs 59, 60, 62, 63	5,00 F
nºs 64, 65	6,00 F
* Jornal "Le Prolétaire" - Coleção encadernada:	
Vol. I : nºs 31 a 71	30,00 F
Vol. II : nºs 72 a 117	30,00 F
Vol. III : nºs 118 a 163	30,00 F
* Série: "Les textes du Parti Communiste International":	
1. Communisme et fascisme	8,00 F
2. Parti et classe	8,00 F
3. Sur le texte de Lénine : "La maladie infantile du communisme"	5,00 F
4. Force, violence, dictature dans la lutte de classe	4,00 F
5. Défense de la continuité du programme communiste, (as teses fundamentais da Esquerda comunista italiana de 1920 até hoje)	15,00 F

EM ITALIANO

* Storia della sinistra comunista, vol. I	25,00 F
* Storia della sinistra comunista, vol. II	40,00 F
* La sinistra comunista in Italia sulla linea marxista di Lenin	7,00 F
* Série: "I testi del partito comunista internazionale" :	
1. Tracciato d'impostazione - I fondamenti del comunismo rivoluzionario	7,00 F
2. In difesa della continuità del programma comunista, (as teses fundamentais da Esquerda comunista de 1920 até hoje)	12,00 F
3. Elementi d'economia marxista	12,00 F
4. Partito e classe: Tesi sul ruolo del partito comunista - Partito e classe - Partito e azione di classe - Il principio democratico - Dittatura proletaria e partito de classe - Forza violenza dittatura nella lotta di classe - Il rovesciamento della prassi - Partito rivoluzionario e azione economica	15,00 F
5. "L'estremismo malattia infantile del comunismo" condanna dei futuri rinnegati	12,00 F
6. Per l'organica sistemazione dei principi comunisti	10,00 F

EM ALEMÃO

* Die Frage der revolutionären Partei	4,00 F
* Revolution und Konterrevolution in Russland	6,00 F
* Der Kampf gegen den alten und den heutigen Revisionismus	6,00 F
* Die Grundlagen des revolutionären Kommunismus	8,00 F

EM INGLÊS

* Série: "The tests of the International Communist Party":	
1. The fundamentals of revolutionary communism	4,00 F
2. Party and class	em preparação

::::::::::::::::

Diretor da publicação : F. Gambini

Correspondência e encomendas a :

"LE PROLÉTAIRE" - 20 rue Jean Bouton - 75012 PARIS

Imprimé par nos soins 20, rue Jean Bouton - 75012 PARIS

Dépôt légal 1er. trimestre 1975

::::::::::::::::